



**TÍTULO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NA PROTEÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO  
ESTRANGEIRO EM ANGOLA E O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RAFAEL CHAVES FONSECA**

**SÃO PAULO – 2015**

**TÍTULO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NA PROTEÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO  
ESTRANGEIRO EM ANGOLA E O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

**PROFESSORAS ORIENTADORAS:**  
**MICHELLE RATTON SANCHEZ BADIN**  
**DANIELA MONTEIRO GABBAY**

**TRABALHO DE MONOGRAFIA APRESENTADO  
AO CURSO DE DIREITO COMO REQUISITO FINAL PARA A  
OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM DIREITO.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – RAFAEL CHAVES FONSECA**

**SÃO PAULO – 2015**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais e à minha família, sem os quais nada disso seria possível.

Às minhas queridas orientadoras, pelo incansável apoio, orientação e confiança.

Aos meus queridos amigos, de dentro e de fora da faculdade, pelo inestimável apoio e carinho, independente da hora.

À todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, tanto profissional quanto pessoal.

E, por fim, à Fundação Getulio Vargas, por ter me fornecido com o maior bem que se pode ter em vida: a educação.

## **1.1 Resumo**

Considerando que houve uma intensificação no fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) tanto no mundo quanto especialmente em Angola nos últimos anos, é a intenção deste trabalho explorar quais ferramentas outorgam ao investidor privado um sistema de proteção do seu investimento bem como sistema institucionalizado de solução de controvérsias (e.g. ICSID) por meio de Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos (APPIs) firmados por Angola comparados à proteção que poderá ser garantida aos investidores privados brasileiros na ausência de tais documentos legais. A pergunta inerente a este trabalho é, portanto, como certo grau de proteção é outorgado aos investidores brasileiros em Angola tendo em vista as atuais correntes e tendências no direito internacional do investimento e o fluxo crescente de investimento brasileiro em Angola.

## **1.2 Abstract**

Considering that there was an intensification of the flow of direct foreign investment both in the world and in Angola in the past years, it is the intention of this paper to explore what tools grant the private investor a system of protection to his investment as well as an institutionalized dispute settlement mechanism (e.g ICSID) by means of International Investment Agreements entered into by Angola compared to the protection that may be offered to Brazilian private investors in the absence of such International Agreements. The question inherent to this paper is therefore how a certain degree of protection is granted to Brazilian foreign investors in Angola given the current trends in international investment law and the increase of Brazilian investment in Angola.

## SUMÁRIO

1. Introdução – Hipótese, metodologia, apresentação e justificativa
2. Os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos (APPIs) como formas de proteção ao investimento estrangeiro e o contexto Angolano - Revisão Bibliográfica e Apresentação de dados
  - 2.1 Os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos (APPIs) como formas de proteção ao investimento estrangeiro
    - 2.1.1 O debate sobre pressupostos normativos e as filiações teóricas sobre os APPIs
3. A Estrutura Internacional de Proteção do Investimento Estrangeiro em Angola: Características dos Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos-
4. A proteção do investimento privado e o contexto Brasil x Angola
  - 4.1 Da Legislação Angolana e a Proteção ao investimento privado
  - 4.2 Da Legislação Angolana e a arbitragem internacional
  - 4.3 O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Angola de 1 de abril de 2015
5. Considerações Finais – Retorno a pergunta-problema frente aos dados apresentados
6. Referências Bibliográficas
7. Apêndice

## **1. INTRODUÇÃO: HIPÓTESE, METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Considerando:

- (i) as tendências de regulação do comércio internacional e de investimento estrangeiro direto (IED) em Angola;
- (ii) o contexto de aumento do investimento direto estrangeiro brasileiro em Angola; e
- (iii) a inexistência, em âmbito internacional, de acordos de proteção e promoção de investimentos entre os dois países, partindo do pressuposto de que estes, especialmente na área de arbitragem internacional, são importantes para não somente a segurança jurídica dos investimentos, mas também para a promoção destes<sup>1</sup>,

A pergunta que norteia a pesquisa é: frente a este cenário peculiar, como se organiza o sistema de proteção judicial dos investidores brasileiros em Angola, de forma a maximizar a segurança e o retorno dos investimentos realizados?

Mais uma vez, considerando que houve intensificação do Investimento direto estrangeiro (IED) no mundo e em Angola nos últimos anos, pretendeu-se explorar quais são os instrumentos que garantem acesso a um sistema de proteção ao investimento privado e a um sistema de solução de controvérsias institucionalizado (e.g. International Centre for the Settlement of Investment Disputes - ICSID) firmados por Angola em Acordos de Proteção e Promoção de investimento em contraponto com a proteção que os investidores brasileiros podem ter na ausência de tais textos legais. Foram considerados para o caso Brasileiro, na inexistência de tais acordos, a legislação interna angolana aplicável a investimentos e exemplos de alguns contratos públicos celebrados por empresas brasileiras. O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é, desta maneira, contextualizar o atual debate acerca sobre a possibilidade de o Brasil firmar um paradigma de proteção de investimento estrangeiro direto em Angola por meio de

---

<sup>1</sup> À época de realização da pesquisa que fundamentou este trabalho, o conteúdo do novo Acordo de Cooperação e Facilitação de investimentos (ACFI) entre Brasil e Angola firmado em 1 de abril de 2015 ainda não fora divulgado. Todavia, seu conteúdo será levado em consideração nas seções subsequentes deste trabalho.

um Acordo de proteção e promoção de investimento, trazendo informações sobre (i) o discurso teórico sobre a importância dos referidos Acordos, (ii) a forma como Angola aderiu a esta potencial estratégia de promoção do desenvolvimento via captação de investimento estrangeiro direto e (iii) como os investidores brasileiros em Angola agiram neste cenário sem considerar a existência de um Acordo ratificado até o momento, valendo-se exclusivamente dos contratos e da legislação angolana como instrumentos de proteção aos seus investimentos.

Como metodologia preliminar deste trabalho, foi realizado mapeamento bibliográfico sobre os principais temas inerentes à pergunta problema, buscando definições e conceitos pertinentes para o processo probatório da hipótese levantada. Buscou-se, então, situar o leitor nos principais debates inerentes a regulação internacional do investimento estrangeiro direto (IED), também inserindo perspectiva de autores pátrios.

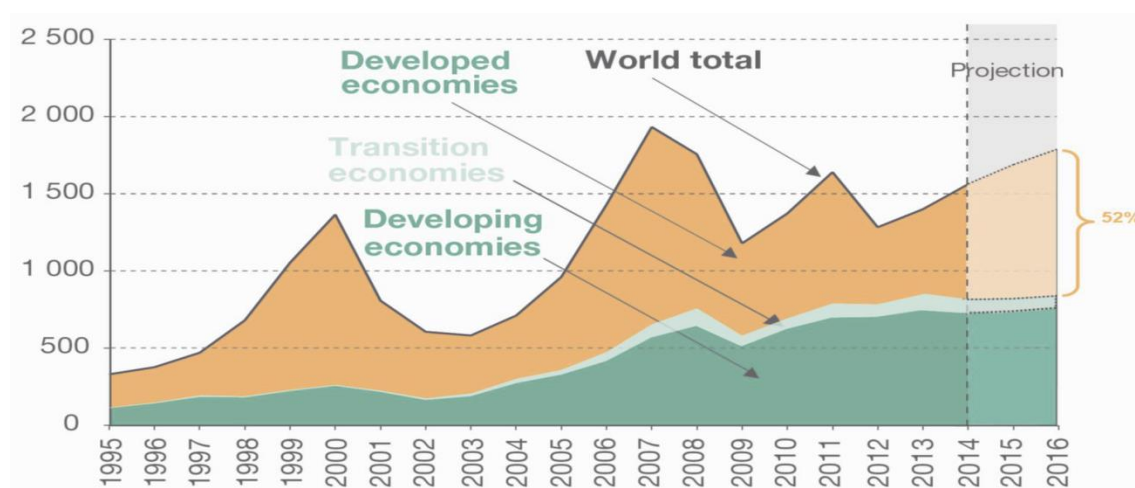
Em um segundo momento e sabendo que a regulação internacional no direito internacional econômico decorre primordialmente de três níveis, a saber: (i) Acordos Internacionais de Proteção e Promoção de Investimento, (ii) Lei e regulamentos internos, incluindo a Constituição Angolana e, (iii) Contratos, adotou-se uma metodologia primordialmente documental. Em primeiro lugar, foram analisados Acordos de Proteção e Promoção de Investimento Privado (APPIs), utilizando-se como base de dados aquela criada pela UNCTAD, que tem como objetivo compilar todos os tratados bilaterais de investimento assinados e em vigor atualmente. Em segundo lugar, a legislação pertinente de Angola e, por fim, contratos firmados entre privados e o governo Angolano que, por terem teor administrativo, têm suas minutas divulgadas no Diário Oficial Angolano.

A partir da análise desses três eixos, buscou-se estabelecer um paradigma de proteção de investimentos em Angola, especialmente sob perspectiva brasileira, levando em conta especialmente a proteção do investimento privado a partir da previsão de arbitragem internacional. É importante mencionar que este trabalho é umbilicalmente conectado ao projeto “Evidências Empíricas em Angola” de coordenação da professora Michelle Ratton Sanchez Badin e do Prof. Fabio Morosini, conduzido conjuntamente

pela Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas e a Faculdade de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Pois bem, a constatação mostrada nos gráficos abaixo de que o fluxo de investimento direto estrangeiros aumentou, tanto entre países desenvolvidos, quanto em países em desenvolvimento e que a fatia que comporta os investimentos diretos em países em desenvolvimento aumentou de forma substancial no período em questão, deu subsídio a seguinte pergunta-problema: a partir de uma perspectiva brasileira, quais são as tendências de regulação do investimento estrangeiro direto (IED)?

**Tabela 1 – fluxo total de investimento estrangeiro direto no mundo**



Fonte: UNCTAD. *World Investment Report 2014*. Página 16. Em bilhões de dólares (USD)

**Tabela 2 - fluxo total de investimento estrangeiro direto no mundo por região do**  
**Globo**

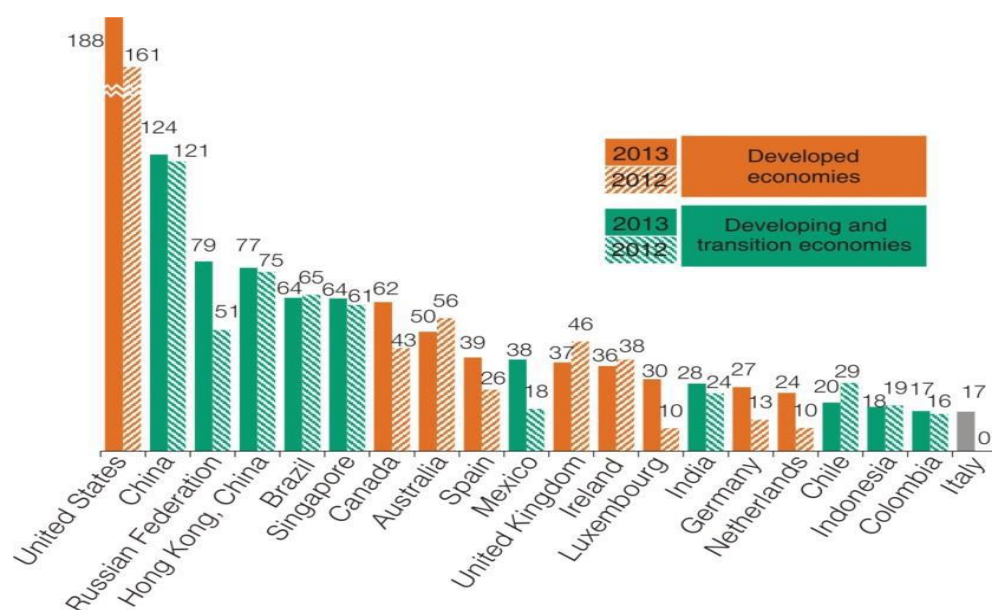


Region	FDI inflows		
	2007	2012	2013
<b>World</b>	<b>2 002</b>	<b>1 330</b>	<b>1 452</b>
Developed economies	1 323	517	566
European Union	864	216	246
North America	333	204	250
Developing economies	591	729	778
Africa	51	55	57
Asia	366	415	426
East and South-East Asia	252	334	347
South Asia	35	32	36
West Asia	80	48	44
Latin America and the Caribbean	173	256	292
Oceania	1	3	3
Transition economies	88	84	108
<b>Structurally weak, vulnerable and small economies<sup>a</sup></b>	<b>34</b>	<b>58</b>	<b>57</b>
LDCs	15	24	28
LLDCs	16	34	30
SIDS	7	7	6

Fonte: UNCTAD. *World Investment Report 2014*. Página 17. Em bilhões de Dólares (USD)

É fácil verificar que o aumento se deu especialmente em países em desenvolvimento, os quais não apresentaram queda entre 2007 e 2012 – período marcado pela retração no nível de investimentos dos países desenvolvidos por conta da crise global - e aumentaram as suas participações no fluxo total de investimentos no globo, a despeito da supracitada tendência vivida por economias desenvolvidas que enfrentaram grave crise econômica de proporções globais. Nesse cenário – e não poderia ser diferente – surge a pergunta: e o Brasil? Qual a situação do Brasil neste cenário global? A resposta é bastante instigante e um tanto surpreendente, como mostrada no gráfico abaixo:

**Tabela 3 – Maiores receptores de investimento estrangeiro direto no Globo**



O Brasil foi indicado como o quarto maior receptor de investimentos diretos estrangeiro no mundo em 2013, a despeito de críticas de ser uma economia ainda fechada, de não oferecer proteção ao investidor estrangeiro por meio de acordo de proteção e promoção de investimentos (APPI)<sup>2</sup> e de não ter ratificado a convenção de Washington que criou o Centro internacional de Disputas relacionadas a investimentos (ICSID). De acordo com a Teoria Neoliberal, essa era uma condição necessária para a atração de investimentos estrangeiros<sup>3,4</sup>. O Brasil, então, desafiou esta lógica, mostrando-se atraente a despeito de tal posicionamento político. Dessa forma, muito já foi debatido acerca da necessidade de tais mecanismos no contexto brasileiro de forma a impulsionar o fluxo de investimentos diretos estrangeiros em direção ao Brasil. Todavia, tais perguntas se fundamentavam num contexto no qual o Brasil era primariamente receptor de investimentos estrangeiros. O que se vê, ultimamente, no entanto, é um aumento no fluxo de investimentos Sul-Sul, isto é, entre países em desenvolvimento, contexto no qual o Brasil é um dos protagonistas como exportador de investimentos. Aqui surge o que muitos denominam como “faca de dois gumes” para a Agenda de política exterior do Brasil: se de um lado o país se insulava de potenciais queixas, de outro era privado de proteções que poderiam ser outorgadas à multinacionais brasileiras que exportassem investimentos<sup>5</sup>. Dessa forma, voltamos a pergunta acerca das tendências de regulação do comércio internacional e de investimento estrangeiro direto (IED), mas desta vez refinando-a um pouco ao eleger mais um protagonista, a saber: quais são as tendências de regulação do Investimento direto estrangeiro em Angola?

---

<sup>2</sup> Os acordos de proteção e promoção de investimentos (APPIs) também são denominados na literatura como tratados bilaterais de investimento, em referência ao termo anglófono Bilateral Investment Treaties (BITs). Neste trabalho, adotaremos a primeira denominação.

<sup>3</sup> SORNARAJAH, M. *The International Law on Foreign Investment*. Terceira Edição. Cambridge Press. P.28

<sup>4</sup> O debate acerca da validade desse argumento será aprofundado no capítulo 4.1.1 deste trabalho

<sup>5</sup> JONATHAN C. HAMILTON & MICHELLE GRANDO, WHITE & CASE. *What are the new Brazil investment agreements and what do they portend for Brazilian investment promotion and protection, and for the future of investment treaties generally?*. 2015. Disponível em: <http://www.latinarbitrationlaw.com/brazil-and-the-future-of-investment-protections/> . Acessado em 24 de julho de 2015.

É certo que o Brasil passa por um período de grandes transformações econômicas, ocasionadas por movimentos internos e externos, ocorrendo notável emergência no fluxo de investimentos sul-sul, ou seja, realizado entre países em desenvolvimento, mudando o paradigma que até então era representado quase que exclusivamente pelo fluxo de investimentos Norte-sul, isto é, de países desenvolvidos em direção a países em desenvolvimento. As relações Brasil e Angola representam, então, fonte importantíssima da estratégia de atuação das empresas brasileiras no cenário econômico global. Esta pesquisa está focada na temática do investimento estrangeiro direto e, particularmente, na regulação internacional de proteção ao investimento estrangeiro entre os dois países. Neste sentido, a regulação internacional deve ser entendida como aquela cujo fundamento de existência e validade está no âmbito do Direito Internacional Público. Assim, como já foi mencionado, o foco principal de estudo sobre investimento estrangeiro está nos tratados internacionais de proteção ao investimento estrangeiro e, especialmente, nos tratados bilaterais de promoção e proteção do investimento celebrados por Angola<sup>6</sup>, sendo complementado por estudo da legislação interna do país concernente ao tema e contratos que exteriorizem ao mundo jurídico a proteção concedida nos supracitados meios.

O assunto é particularmente importante no âmbito da pesquisa, na medida em que a relação de empresas brasileiras com Angola indica precisamente a posição híbrida assumida pelo Brasil no âmbito da proteção de investimento. Tradicionalmente, países em desenvolvimento - como é o caso do Brasil - são tidos por importadores de capital estrangeiro. Todavia, no âmbito da relação Brasil-Angola, esta posição é diferente. Diversas empresas brasileiras têm investido em países africanos e, particularmente, em Angola. De acordo com o último *ranking* das transnacionais brasileiras, elaborado pela Fundação Dom Cabral (FDC)<sup>7</sup>, a África ocupa o quinto lugar em termos de preferência de localização das principais transnacionais brasileiras, atrás da América do Sul, Europa, Ásia e América do Norte. Porém, é possível observar, nos últimos anos, um

---

<sup>6</sup> A regulação do investimento estrangeiro pode se dar em diversos planos. Existem regras de origem nacional – leis, decretos e regulamentos editados e publicados por países específicos; e regras de origem internacional – os tratados bi e multilaterais relacionados à temática do investimento (tratados bilaterais de proteção e promoção do investimento, por exemplo).

<sup>7</sup> Fundação Dom Cabral (FDC), (2010). *Ranking Transnacionais Brasileiras 2010: repensando as estratégias globais*. Disponível em: [www.fdc.org.br](http://www.fdc.org.br)

<sup>8</sup> “O investimento direto brasileiro na África: características, condicionantes e perspectivas” <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/o-investimento-direto-brasileiro-na-africa-caracter%C3%ADsticas-condicionantes->.

rápido crescimento das localizações na África: recentemente, a região apresentou o terceiro maior crescimento em termos de destino do investimento direto brasileiro. Especialmente em Angola, o Brasil figura entre os três primeiros países quanto a sua importância e influência<sup>9</sup>, tornando Angola o maior receptor de investimentos estrangeiros diretos de origem brasileira na África.

Esta posição híbrida do Brasil, além de uma novidade no contexto internacional de países em desenvolvimento, pode trazer profundas consequências para um projeto de desenvolvimento nacional e, inclusive, para a agenda de política externa brasileira. Seria, então, benéfica a assinatura de um Acordo de proteção e promoção de investimentos – até então inédito no Brasil – com Angola? Como ficaria, por exemplo, a questão da arbitragem de investimentos? – Aqui se parte da premissa de que a prática da arbitragem de investimentos é de extrema importância para o entendimento dos interesses intrínsecos aos investidores estrangeiros, especialmente após o surgimento da Convenção de Washington e do Centro Internacional de Resolução de Disputas relacionadas a Investimentos (CIRDI) – apesar de não ratificados pelo Brasil – e depois da adesão incondicional pelo Brasil à Convenção de Nova Iorque sobre o reconhecimento e execução de sentenças arbitrais, fato que ensejou a possibilidade de se afirmar que a arbitragem internacional no Brasil teve importante incentivo.

Diante deste cenário, estes questionamentos serão abordados no decorrer deste trabalho de pesquisa. Em paralelo, será realizado estudo do arcabouço institucional internacional e nacional de Angola para a promoção de proteção do investimento estrangeiro<sup>10</sup>, tendo como objetivos identificar os arranjos institucionais utilizados pelos investidores brasileiros para proteger seu investimento em Angola em comparação com aqueles disponíveis aos investidores de países com os quais Angola tenha Acordos de proteção e promoção de investimentos.

---

<sup>9</sup> Vilas-Bôas, J. *Os Investimentos Brasileiros na África no Governo Lula: um mapa*. In: *Meridiano 47*, Vol. 12, No. 128, nov-dez, 2011

<sup>10</sup> A pesquisa não se ocupou do estudo do arcabouço institucional internacional brasileiro para a regulação do investimento estrangeiro pelo simples fato de que o Brasil, apesar de ter assinados alguns tratados de promoção e proteção do investimento estrangeiro na década de 90, não ratificou nenhum deles. Assim, não se pode dizer que o Brasil possua uma regulação de matriz propriamente internacional visando a proteção e promoção do investimento de seus nacionais no exterior.

## **- DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E ANGOLA**

### **- BREVE PANORAMA SOBRE A COOPERAÇÃO SUL-SUL E A RELAÇÃO BRASIL X ANGOLA**

A cooperação entre países do Sul – aqueles em situação de desenvolvimento econômico – se dá em diversos níveis, tendo se intensificado fortemente nos últimos anos, o que atraiu a atenção de muitos estudiosos de direito, economia e relações internacionais por não seguirem o modelo tradicional de cooperação econômica entre países, até então marcado quase que exclusivamente pelo fluxo de investimentos Norte-Norte ou Norte-Sul. A Cooperação Sul-Sul surgiu na década de 1970, período no qual também o conceito de desenvolvimento passou por transformações, deixando de ser entendido apenas como desenvolvimento econômico *stricto sensu* para compreender também o desenvolvimento humano e social<sup>11</sup>.

Pois bem, a cooperação entre países do Sul pode se dar no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental e técnico, ocorrendo entre dois ou mais países em desenvolvimento, os quais compartilham conhecimento, habilidades, *expertise*, bem como recursos que os permitam alcançar o desenvolvimento<sup>12</sup>. Nesse sentido, a relação Brasil-Angola pode ser claramente enquadrada como a de cooperação Sul-Sul, pois muito embora os dois países detenham níveis de desenvolvimento diversos, é certo que ambos ainda trilham o caminho para o desenvolvimento socioeconômico vivenciado por países do Norte.

### **- BREVE HISTÓRICO DA PRESENÇA BRASILEIRA NA ÁFRICA**

O início das relações econômicas entre o Brasil e os países africanos se deu no período que sucedeu o fim da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente onda de independência entre os países africanos<sup>13</sup>. Havia, então, um interesse brasileiro na

---

<sup>11</sup> COELIN, Saulo Arantes. "*Brasil na CPLP: uma modalidade de cooperação Sul-Sul*". Brasília: BRASIL/MRE, s/d. Disponível em <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-4.pdf>> Acesso em 15/02/2015

<sup>12</sup> UNCTAD. "What is South-South Cooperation". 2011. Disponível em <[http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what\\_is\\_ssc.html](http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html)> Acesso em: 16/02/2015.]

<sup>13</sup> PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

descolonização da África, onde o Brasil teria um espaço fértil para exercer influência econômica e política, ao mesmo passo que garantiria que os produtos brasileiros e africanos, os quais gozavam de relações privilegiadas nas negociações com ex-metrópoles, não competissem entre si. Durante os governos dos anos 50, desenvolveu a chamada “Política Externa Independente”(PEI) e, especialmente no período Kubitschek, pretendia-se tornar o Brasil mais influente no território africano, sendo a política externa um mecanismo que auxiliaria o desenvolvimento econômico por meio da abertura para novos mercados que iriam absorver excedentes industriais<sup>14</sup>. De início, a África fornecia suprimento de petróleo - sobretudo Nigéria e Angola -, ao passo que o Brasil dispunha de técnicas e culturas mais próximas desses países, provendo produtos “mais baratos, fortes e simples”, encontrando mercado consumidor para seus produtos industrializados<sup>15</sup>. O choque da crise internacional do petróleo, nos anos 70, foi marco importante para a definitiva aproximação do Brasil com a África, fazendo com que o Brasil se voltasse para exportadores como Angola e Nigéria<sup>16</sup>, fazendo inclusive com que o Brasil quebrasse o tradicional alinhamento com Portugal e fosse o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. No entanto, as relações entre Brasil e Angola se viram prejudicadas no fim do regime militar e especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso, o qual privilegiou o tradicional alinhamento com Washington e as relações Norte-Sul. Não obstante, elogios são atualmente feitos a política externa iniciada pelo governo Lula que elevou o comércio com o continente Africano para 6%, atingindo US\$ 20 bilhões, e fazendo com que Brasília concentre o segundo maior número de embaixadas Africanas no hemisfério ocidental, atrás apenas de Washington<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

<sup>15</sup> PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

<sup>16</sup> STUENKEL, Oliver. “África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do Século XXI de José Flávio Sombra Saraiva”. Disponível em: [http://ri.fgv.br/sites/default/files/publicacoes/2013%20África%20parceira%20do%20Brasil%20Atlântico\\_%20relações%20internacionais%20do%20Brasil%20e%20da%20África%20no%20in%C3%ADcio%20do%20s%C3%A9culo%20XXI%20»%20Pol%C3%ADtica%20Externa.pdf](http://ri.fgv.br/sites/default/files/publicacoes/2013%20África%20parceira%20do%20Brasil%20Atlântico_%20relações%20internacionais%20do%20Brasil%20e%20da%20África%20no%20in%C3%ADcio%20do%20s%C3%A9culo%20XXI%20»%20Pol%C3%ADtica%20Externa.pdf) Último acesso em 25 de Julho de 2015.

<sup>17</sup> SOMBRA SARAIVA, José Flávio. *parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Fino Traço Editora, Belo Horizonte, 2011.

- **A RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS ENTRE BRASIL-ÂNGOLA A PARTIR DOS ANOS 2000**

Com laços históricos e culturais em comum, não surpreende que Angola seja o principal parceiro econômico do Brasil no continente africano. Hoje, o Brasil é o terceiro maior exportador para Angola, atrás de Portugal e Estados Unidos<sup>18</sup>. Em 2011, o estoque de investimentos do Brasil no país somou US\$ 4 bilhões (quatro bilhões de dólares), sendo a Odebrecht o maior empregador privado de Angola<sup>19</sup>. Iniciado na década de 70 com a independência angolana, foi a partir de 2002, com o fim da Guerra Civil de Angola e a eleição do presidente Lula, que a cooperação entre os dois países ficou ainda mais forte. Muito embora a política econômica do presidente Lula em muito se parecesse com a política do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na política externa houve grandes alterações, alterando um ciclo de alinhamento com as potências do globo – notadamente Estados Unidos, União Européia e Japão - em direção construção de alianças fora do hemisfério como forma de ampliar sua influência no âmbito internacional<sup>20</sup>. Nesse contexto, muitos novos acordos foram celebrados, tanto entre o Brasil – representado pelo MERCOSUL – e a África<sup>21</sup>, quanto entre o Brasil e Angola, principalmente com a finalidade da reconstrução deste, país que oferecia um campo fértil para a exploração econômica de empresas brasileiras, especialmente no setor de infra-estrutura. Empresas brasileiras que atuam nas áreas de infraestrutura, energia e mineração viram em Angola oportunidades ímpares de expansão dos seus negócios, ao passo que o país africano via no investimento estrangeiro importante fonte de *know-how* e de capitais para o financiamento e consecução dos seus objetivos de reconstrução e desenvolvimento socioeconômico.

---

<sup>18</sup> CEPIK, Marco; JORNADA, Helena. Angola: Segurança, Economia e Relações Bilaterais com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo (Org.). *Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil: Ásia, África e Europa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 197-204

<sup>19</sup> “Dilma visita Angola, principal destino de investimentos brasileiros na África” [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111020\\_angola\\_empresas\\_dg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111020_angola_empresas_dg.shtml) último acesso em 15 de Fevereiro de 2015,

<sup>20</sup> RIBEIRO, Cláudio O. “A política africana do governo Lula (2003 – 2006)”. *Tempo Social*, v.21, n.2. 2009.

<sup>21</sup> . Em relação à África, houve a articulação, pelo governo brasileiro, da negociações de dois acordos de preferências (Mercosu-SACU e Mercosul-SADC)

No caso do investimento direto brasileiro em Angola, destaca-se ainda o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que lançou medidas para a promoção do comércio entre o Brasil e a África, principalmente programas de estímulo a empresas brasileiras que atuam na África, conhecidos como “Programa Integração com a África”<sup>22</sup>. Ainda em relação ao BNDES, destaca-se a sua atuação em Angola, através do financiamento de US\$ 1,5 bilhão, em 2006, para o desenvolvimento de usinas de processamento de etanol, o que mostra a relevância do país dentro da política de investimento estrangeiro do Brasil. Dados obtidos pela BBC Brasil com base na Lei de Acesso à Informação revelam que até 2012 o BNDES já “havia desembolsado cerca de 3,2 bilhões de dólares em empréstimos para execução de projetos de empresas brasileiras em Angola (ESTADO DE S. PAULO, 2012)”<sup>23</sup>.

Diante do exposto, buscou-se qualificar o protagonismo das relações de investimento Brasil-Angola dentro da política externa brasileira e dentro das relações econômicas Sul-Sul, sendo as práticas inerentes à este cenário – estando incluídos os mecanismos de proteção ao investimento privado – importante espelho do paradigma de proteção existente nas relações de investimento entre os dois países. Não obstante, acreditamos ser válido discorrer brevemente acerca dos mecanismos tradicionais – ou ortodoxos – de proteção ao investimento privado, sua contextualização e críticas, de forma a melhor entender de que forma as relações Brasil-Angola se diferenciam do paradigma tradicional de proteção ao investimento privado notadamente marcado pelos APPIs. Dessa forma, as próximas seções deste trabalho se ocuparão da análise da estrutura e dos pressupostos teóricos dos APPIs de forma geral e dos APPIs como forma de proteção ao investimento estrangeiro no contexto Angolano, destrinchando o conteúdo inerente aos APPIs já firmados em contrapartida aos mecanismos de proteção outorgados aos investidores brasileiros na ausência de um APPI ratificado entre os dois países.

---

<sup>22</sup> IPEA. Ponte sobre o Atlântico - Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento.

<sup>23</sup> MARINHO, Sarah Morganna de Matos e BORGES, Caio de Souza. “*O financiamento público e o apoio do Governo Federal ao comércio exterior: em busca da relação entre o BNDES, o Banco do Brasil e os investimentos do Brasil em Angola*” Relatório de pesquisa elaborado para a pesquisa “Evidências Empíricas em Angola”. 2014.

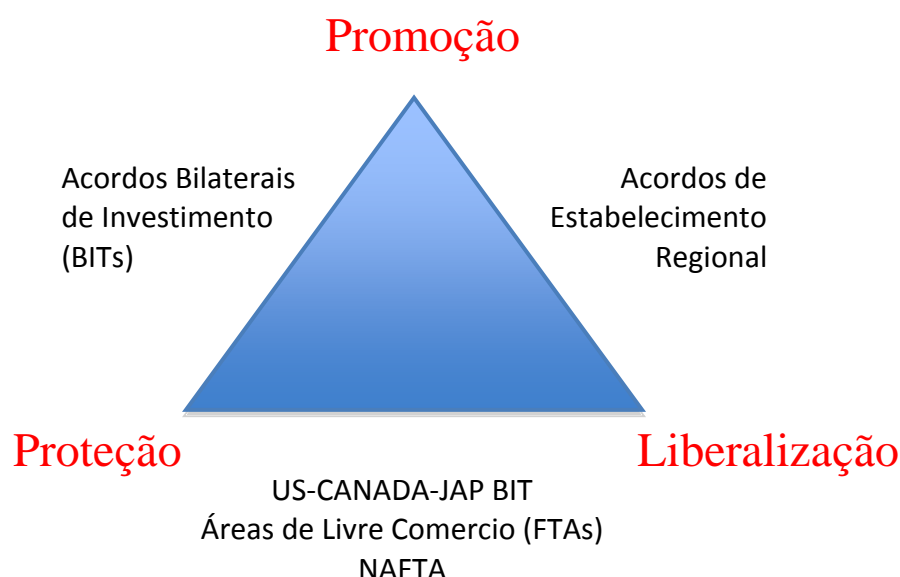


## 2. OS ACORDOS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS (APPIS) COMO FORMAS DE PROTEÇÃO AO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E O CONTEXTO ANGOLANO

### 2.1 ESTRUTURA E FUNÇÃO DOS ACORDOS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS (APPIS)

Os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos surgiram com três preocupações principais: a liberalização, a promoção e a proteção dos investimentos em escala global. O esquema de prioridades dos Acordos de Proteção e promoção de Investimentos podem ser sintetizados no gráfico abaixo<sup>24</sup>

**Tabela 5 – Esquema de funcionamento dos Acordos de Proteção e Promoção de investimentos**

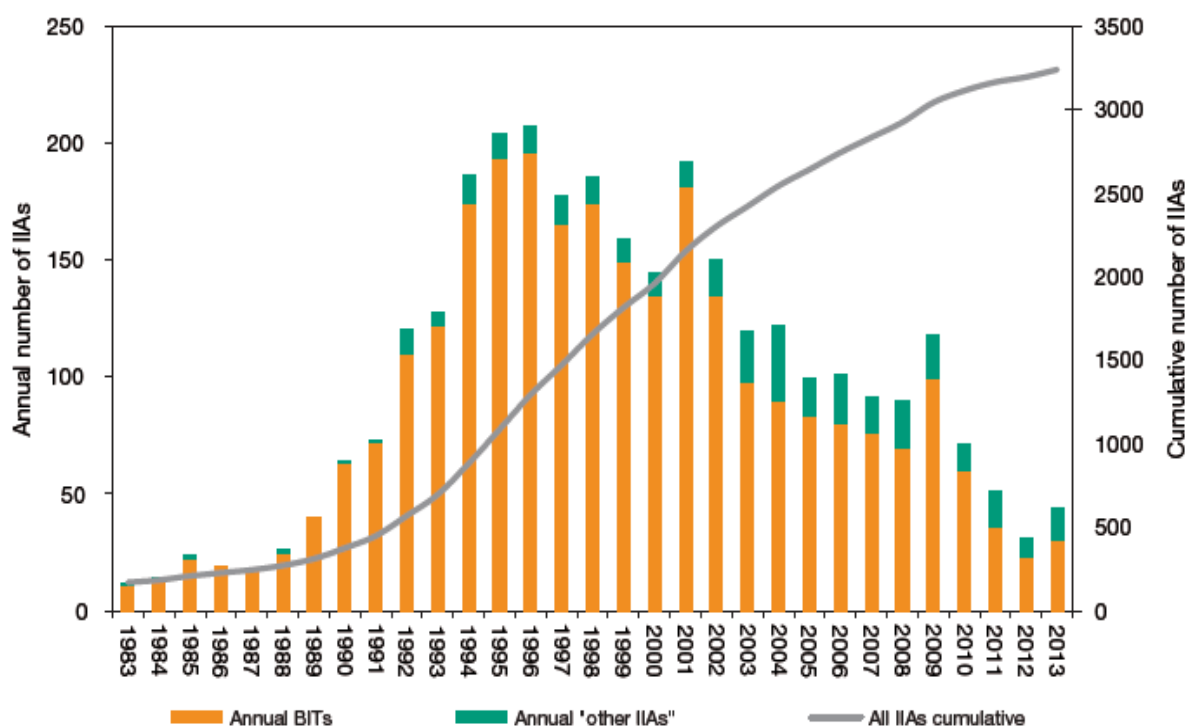


Fonte: Gráfico preparado pelo autor com base nas aulas ministradas no Curso de Verão de 2014 do World Trade Institute em Berna, Suíça.

<sup>24</sup> Gráfico preparado pelo autor com base nas aulas ministradas no Curso de Verão de 2014 do World Trade Institute em Berna, Suíça.

Ao final do ano 2014, havia 3.236 Acordos de Proteção e promoção de investimentos a nível global<sup>25</sup>. Com surgimento em 1959 – ainda relativamente fracos no que tange a proteção de investimentos e resolução de controvérsias<sup>26</sup> - com o primeiro acordo de proteção e promoção de investimento assinado entre a Alemanha e Paquistão, foi na década de 90, auge do neoliberalismo e década que marcou o fim dos regimes socialistas no leste europeu, que os Acordos de Proteção e promoção de investimentos alcançaram o seu auge. À esta época, contabilizando o número de acordos firmados, pode-se dizer que praticamente um acordo de Proteção ou Promoção de investimentos era assinado por dia. Nos anos 2000, tal número reduziu para um acordo assinado a cada semana, totalizando 179 nações vinculadas a algum tipo de Acordo<sup>27</sup>, o que não deve significar uma diminuição em importância em tais acordos, mas sim uma constatação de que boa parte das negociações possíveis já haviam resultado em tratados. O gráfico abaixo mostra o número total de acordos assinados por ano desde 1983:

**Tabela 6 – número total de Acordos de Investimentos assinados entre 1983 e 2013**



Source: UNCTAD, IIA database.

Fonte: UNCTAD. *World Investment Report 2014*. Página 34.

<sup>25</sup> UNCTAD. *World Investment Report*. 2014.

<sup>26</sup> SORNARAJAH, M. *The International Law on Foreign Investment*. Terceira Edição. Cambridge Press. P.172

<sup>27</sup> UNCTAD. *World Investment Report*. 2014.

Mas, afinal, o que contêm os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos que influencia Estados a eles se vincularem?

#### - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Sornarajah, quando um Estado se compromete com um Acordo de Proteção e Promoção de Investimentos, este indica que, muito embora adotasse anteriormente políticas contrárias ao investimento estrangeiro, está agora preparado para adotar padrões de proteção de investimento estrangeiro e a arbitragem internacional para dirimir controvérsias que surjam do descumprimento do Acordo. Bons exemplos, segundo o mesmo autor, são os casos da China, do Vietnã e dos países do leste Europeu previamente partes do bloco comunista. Sem entrar ainda no mérito se tais Acordos realmente funcionam para atrair investimentos<sup>28</sup>, estes países, uma vez libertos da antiga ideologia, ratificariam tais acordos tanto como forma de mostrar aos investidores privados que estes estariam dispostos a aceitar novos Standards de proteção ao investidor e ao investimento, quanto para promover competitividade pela atração de investimentos privados. Mas de que forma isto funcionaria?

Tomemos a tabela abaixo como referência para realizarmos uma pequena digressão acerca do que levam investidores a investirem em outros países:

---

<sup>28</sup> Tal questão é levantada pelo próprio Sornarajah e por outros autores como J.W. Salacuse e N.P. Sullivan em “*Do BITs really work? An Evaluation of Bilateral Trade Agreements and Their Grand Bargain*”. 2005. 46 Harvard.

**Tabela 7 – Esquema de determinantes para o fluxo de investimento estrangeiro  
direto (IED)**

<b>DETERMINANTES DO PAÍS RECEPTOR</b>	<b>TIPO DE IED CLASSIFICADO POR MOTIVO DE ENTRADA</b>	<b>PRINCIPAIS DETERMINANTES ECONÔMICAS DO PAÍS RECEPTOR</b>
<p>I - Quadro Político para Investimento direto Estrangeiro (IED)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabilidade social, econômica e política.</li> <li>• Regras relacionadas à entrada e operações</li> <li>• Padrões de tratamento de afiliadas estrangeiras</li> <li>• Políticas de funcionamento e estruturação de mercado (especialmente concorrência e Fusões e Aquisições (M&amp;A))</li> <li>• Acordos internacionais relacionados à Investimento direto Estrangeiro (IED)</li> <li>• Política de Privatização</li> <li>• Política de Comércio (Tarifas e barreiras não tarifárias ao comércio) e coerência entre as políticas de Comércio e de investimento (IED)</li> <li>• Política fiscal</li> </ul> <p>II. Determinantes Econômicos</p> <p>III. Facilitação de negócios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de investimentos (incluindo promoção de imagem e atividades de geração</li> </ul>	<p>A. EM BUSCA DE MERCADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tamanho do mercado e renda per capita</li> <li>• Crescimento do mercado</li> <li>• Acesso a mercados regionais e globais</li> <li>• Preferências dos consumidores</li> <li>• Estrutura dos mercados</li> </ul>
	<p>B. EM BUSCA DE RECURSOS NATURAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Matérias-primas</li> <li>• Mão-de-obra barata e desqualificada</li> <li>• Mão-de-obra qualificada</li> <li>• Ativos tecnológicos, inovativos e outros ativos criativos (e.g. nomes de marcas)</li> <li>• Infraestrutura física (portos, rodovias, energia, telecomunicações)</li> </ul>
	<p>C. EM BUSCA DE EFICIÊNCIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo de recursos e ativos listados no item B, ajustados para a produtividade de recursos laborais.</li> <li>• Outros custos gerenciais e.g. custos</li> </ul>

de investimentos e serviços de facilitação ao investimento) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivos ao investimento</li> <li>• Custos relacionados à corrupção e ineficiência administrativa</li> <li>• Amenidades sociais (escolas bilíngues, qualidade de vida, etc)</li> <li>• Serviços posteriores ao investimento</li> </ul>			de transporte e comunicação para e dentro do país receptor e custos de outros produtos intermediários <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão à Acordo de integração regional que levem ao estabelecimento de redes corporativas regionais</li> </ul>
---	--	--	---

Fonte: UNCTAD. 2014,(tradução livre pelo autor).

Angola foi referida no Relatório Anual da Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) de 2010, como o país mais bem sucedido em África no que diz respeito à atração do investimento direto estrangeiro<sup>29,30</sup>. O investimento privado Brasileiro em Angola não foge a regra exposta na tabela acima e é um exemplo claro desse sucesso. Empresas brasileiras buscam em Angola oportunidades de Mercado – especialmente no setor de infra-estrutura – em um país com renda *per capita* crescente e crescimento constante do poder de consumo. A abundância de recursos naturais como o petróleo, a presença de vasta mão-de-obra a baixo custo e a necessidade das construção de infra-estrutura física adequada para a sua exploração, como portos, rodovias, ferrovias, plataformas, usinas, dentre outros, são fatores que atraem empresas brasileiras para Angola.

É certo ainda que na decisão de investimento em um país, o cálculo financeiro de rentabilidade é condicionado por três conjuntos de fatores, basicamente<sup>31</sup>: o quadro macroeconômico; a natureza do ambiente de negócios – a qualidade e o preço de fornecedores, mão-de-obra, serviços de infra-estrutura e outros componentes dos custos; assim como as características e peculiaridades institucionais e regulatórias – marcados especificamente pelos APPIs e pelo direito interno relativo ao investimento privado, os

<sup>29</sup> DIAMVUTU, Lino. *A protecção do investimento estrangeiro em Angola através de arbitragem*.

<sup>30</sup> UNCTAD. *World Investment Report 2010*.

<sup>31</sup> “O investimento direto brasileiro na África: características, condicionantes e perspectivas” Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/o-investimento-direto-brasileiro-na-afrika-caracter%C3%ADsticas-condicionantes-e> Acessado em 23 de Julho de 2015

quais serão expostas no decorrer deste trabalho. Ao que parece, Angola tem sido protagonista, dentre os países africanos, em aumentar a atratividade do investimento direto de empresas brasileiras, muito embora empecilhos como falta de infra-estrutura diminuam a competitividade do país e barrem o fluxo de investimentos, que poderia ser ainda maior.

Não obstante, segundo Sornarajah, países desenvolvidos também competem por mercados e recursos naturais<sup>32</sup>, tornando-se ávidos a direcionarem seus investimentos em direção à países onde riscos políticos – bem como outros riscos – são protegidos por regras – ou, no caso, por acordos. A abundância de recursos naturais, mão-de-obra barata e mercado interno promissor fez a abertura econômica da China em 1984 representar – nos termos da tabela acima – potencial receptor de investimentos diretos estrangeiros. Todavia, como é visto nas determinantes que compõem o contexto político do país receptor, estabilidade política, macroeconômica e social também são temas-chave na decisão de multinacionais em investir em determinado país.

Por conseqüência, a realização de Acordos com a China que versassem acerca de *Standards* mínimos de proteção que contrabalanceassem o risco político do investimento colocaria o investidor em patamar de ampla vantagem competitiva<sup>33</sup>. O argumento trazido por SORNARAJAH é, então, o de que tanto os países em desenvolvimentos quanto os já desenvolvidos competem por investimentos, sendo os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos peças-chave neste processo. Nessa mesma linha de raciocínio, outros países que não dispusessem de tamanha atratividade para investidores estrangeiros também estariam inclinados a assinarem Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos como forma de fazerem concessões aos países investidores, ao passo que países como o Brasil, com relativa estabilidade macroeconômica, política e social, abundância de recursos naturais e mercado interno altamente promissor já teria por si só alcançado alta competitividade global, inexistindo, portando, razões para a outorga de benefícios a investidores estrangeiros por meio de APPIs.

---

<sup>32</sup> SORNARAJAH, M. *The International Law on Foreign Investment*. Terceira Edição. Cambridge Press. P. 173

<sup>33</sup> SORNARAJAH, M. *The International Law on Foreign Investment*. Terceira Edição. Cambridge Press. P.174

Também doutrinadores nacionais como SCANDIUCCI FILHO se propuseram a analisar o tema, tendo este definido o objetivo dos APPIs como o de “oferecer aos investidores e investimentos estrangeiros algumas garantias e direitos legais de modo a prevenir que atos administrativos da autoridade pública, alterações do ordenamento jurídico-legal ou decisões judiciais no âmbito doméstico possam trazer-lhes prejuízos financeiros ou frustração da expectativa de negócios.”<sup>34</sup>

### **2.1.1. O DEBATE SOBRE PRESSUPOSTOS NORMATIVOS E AS FILIAÇÕES TEÓRICAS DA ECONOMIA POLITICA SOBRE OS APPIS**

O objetivo desta seção é discutir brevemente as principais linhas teóricas que fundamentam a assinatura e ratificação por Estados de Acordos de Proteção e promoção de Investimentos. Com a onda de investimentos nas últimas duas décadas e com a ascensão quase inquestionável no número de Acordos assinados por países, pouco se questionou a eficácia destes em atrair e alocar investimentos diretos estrangeiros<sup>35</sup>. Pois bem, é objetivo desta seção analisar os principais argumentos favoráveis e contrários a assinatura dos supracitados acordos como política de desenvolvimento do Estado.

Primeiramente, é consenso que o foco contemporâneo de reforma de boa governança em países em desenvolvimento é baseado em governança para o desenvolvimento e fomento do mercado, isto é, através do fortalecimento da propriedade privada, cumprimento das obrigações contratuais e estabelecimento de um Judiciário independente. Caso haja sucesso, tal tipo de governança deveria, por si só, tornar os mercados mais eficientes, atrair investimentos e, por conseguinte, alcançar o tão almejado desenvolvimento econômico<sup>36</sup>. Os Acordos de Proteção e promoção de Investimentos funcionariam como instrumentos de fortalecimento de proteção à propriedade privada – ao investimento – como forma de mostrar que é desejo do Estado se vincular a práticas de boa governança que venham a suprir possíveis falhas inerentes

---

<sup>34</sup> SCANDIUCCI FILHO, José Gilberto. “*O Brasil e os Acordos Bilaterais de Investimentos*”. P. 281

<sup>35</sup> HALLWARD-DRIEMEIER, Mary. “*Do Bilateral Investment Treaties Attract FDI? Only a bit...and they could bite*”

<sup>36</sup> Kahn, Mushtaq “*Governance and development: The perspective of Growth-enhancing Governance*.”. In: Diversity and Complementarity in Development aid: East Asian Lessons for African Growth. Tokyo: GRIPS Development Fórum/ National Graduate Institute for Policy studies, 2008, pp 16

ao ordenamento jurídico interno do país, especialmente se este for um país em desenvolvimento.

No entanto, como exemplificado no texto de MUSHTAQ KHAN, é difícil encontrar qualquer evidência que suporte a tese de que reformas de boa governança – e aqui também se inserem os Acordos de Proteção e Promoção de Investimento - são facilmente factíveis em países em desenvolvimento. Na verdade, é difícil encontrar qualquer evidência empírica que mostre que países que alcançaram melhores índices de crescimento basearam-se em governança para o desenvolvimento e fomento do mercado. A história conta justamente o contrário, pois, da mesma forma que os países em desenvolvimento que pouco cresceram nos anos 60 e 70 falharam nas instituições de boa governança, também falharam os países que alçaram sucesso econômico nesse mesmo período. Não haveria, segundo ele, virtualmente nenhuma diferença entre os índices de proteção à propriedade privada entre os países em desenvolvimento que mais cresceram e os que menos cresceram<sup>37</sup>.

Dessa forma, partindo da premissa de que as instituições importam para o desenvolvimento econômico, a segunda pergunta centra-se na análise do porquê países com o mesmo nível de desenvolvimento de instituições têm taxas de crescimento e de atração de investimento direto estrangeiro tão divergentes, como a China e boa parte dos países da África Subsaariana. Dessa forma, para MUSHTAQ KHAN, outras instituições - que fariam parte da idéia de governança para o desenvolvimento – deveriam estar presentes para o sucesso da supracitada boa governança. A controvérsia surge quando é proposto como um dos processos da governança para o desenvolvimento a capacidade do Estado em controlar processos-chave da economia, tornando-o, juntamente com o mercado, protagonista no desenvolvimento econômico. Não adiantaria, então, meramente garantir o cumprimento de padrões mínimos de tratamento aos ativos e ao investimento. Para MUSHTAQ KHAN, a governança para o desenvolvimento e a intervenção estatal permitem aos países em desenvolvimento lidar com dificuldades inerentes à redução dos custos de transação nos países mais pobres, gerenciando, por exemplo, a instabilidade dos direitos à propriedade privada em estágios iniciais de

---

<sup>37</sup> Kahn, Mushtaq “*Governance and development: The perspective of Growth-enhancing Governance*.”. In: Diversity and Complementarity in Development aid: East Asian Lessons for African Growth. Tokyo: GRIPS Development Fórum/ National Graduate Institute for Policy studies, 2008, pp 16



desenvolvimento – através da transferência de ativos e, ao mesmo tempo, a garantia da rentabilidade de investimentos privados produtivos - e gerenciando a convergência tecnológica com os países desenvolvidos. O processo de aquisição de conhecimento e adaptação de estratégias de organização do trabalho e do conhecimento geram custos, e, por definição, o sucesso reside na capacidade estatal em disciplinar o processo de aquisição de tecnologia e gerenciamento dos custos envolvidos.

No mais, a idéia de que o Estado como mero garantidor da proteção à propriedade privada é demasiadamente pouco fundamentada para MUSHTAQ KHAN, haja vista que as evidências mostram que países desenvolvidos apenas alcançaram significativa estabilidade na proteção à propriedade privada quando o nível de desenvolvimento e produtividade dos seus ativos já estavam altamente desenvolvidos.

Em contraponto à visão acima exposta, alguns autores<sup>38</sup> analisam que nos anos 1960 e 1970, governos de países em desenvolvimentos estavam focados em políticas econômicas intervencionistas altamente ineficientes. A falha de crescimento do mercado era diretamente ligada a falha da intervenção estatal, com empresas públicas ineficientes associadas à setores que não serviços públicos, como empresas as quais era dado o monopólio de importação de commodities; bancos e até mesmo seguradoras estatais. Investimentos e gastos excessivos do governo em áreas pouco rentáveis na tentativa de melhor alocar recursos e ativos levava ao aumento da inflação. Em adição, a infraestrutura se deteriorava devido à falta de intervenção estatal eficiente. Para KRUEGER, uma das lições do intervencionismo estatal é a de que este é bastante custoso, e aumento das taxas de poupança e de investimento estatal nos anos 1970 e 1980 – como ocorrido na Índia e na Nigéria e mesmo no Brasil, através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS – não levaram a um maior crescimento econômico.

Nesse sentido, alguns autores acreditam que o cenário atual, com o fim do comunismo, a redução das tarifas e menores custos de transporte que fomentam o comércio entre as nações, é o cenário perfeito para o que os países escapem da pobreza<sup>39</sup>, sendo necessário o estabelecimento de organizações produtivas que emergiriam naturalmente através da competição entre os atores da sociedade. A

---

<sup>38</sup> Dentre eles, ver Krueger, Anne. “*Government Failures in Development*”, NBER Papers, 1990

<sup>39</sup> Cooter, Robert. “*Innovation, information, and the Poverty of Nations*”, working paper, 2005.

competição, pois, por mercados através dos Acordos de Proteção e Promoção de investimentos e o cenário de boa governança que estes instituem seriam as ferramentas perfeitas para o escape da pobreza. Ainda, a melhor informação disponível para o crescimento encontra-se na competição e na rivalidade, tornando impossível que o Estado seja melhor capaz que o mercado em decidir quais áreas deverão ser beneficiados com investimentos para a promoção do desenvolvimento econômico.

Defende-se, então, que a união entre informação e capital criam o cenário perfeito para o desenvolvimento econômico e cabe ao direito, através da garantia de que as obrigações contratuais serão adimplidas, que o direito a propriedade privada será estável e que o escopo regulatório do mercado – especialmente a regulação do mercado financeiro –, criar condições sob as quais a competição vai naturalmente propor inovação e tornar nações ricas. COOTER<sup>40</sup> acredita fortemente no direito como ferramenta para o desenvolvimento. Através da proteção da propriedade intelectual, dirá ele, será possível garantir a tão almejada inovação que diversifica a economia, tornando-a mais desenvolvida. É possível, apreender, então, que Acordos de Proteção e Promoção de Investimento, ao estabelecerem marcos regulatórios de proteção aos direitos de propriedade, configuram o cenário ideal para a promoção do desenvolvimento econômico.

Em contrapartida, autores como RODRIK<sup>4142</sup> acreditam que sociedades em desenvolvimento devem fomentar a iniciativa privada através de um escopo regulatório governamental que encoraje a reestruturação, diversificação e dinamismo tecnológico que vão além do que as forças do mercado poderiam gerar quando sozinhas. Não se trata de acreditar que o Estado deva ser a força-motora da economia – o que parece ser a grande preocupação dos opositores – mas sim reconhecer que políticas industriais movidas pelo Estado representam forte aliados à iniciativa privada no processo de desenvolvimento econômico. Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos seriam aliados, mas não teriam uma eficácia intrínseca *per se*. Há também outro problema: a diversificação e especialização da economia como fatores-chave para o

---

<sup>40</sup> Cooter, Robert. “*Innovation, information, and the Poverty of Nations*”, working paper, 2005.

<sup>41</sup> Rodrik, Dani. “*Industrial Policy for the twenty first Century*”. KSG paper, 2004, pp 3.

<sup>42</sup> Rodrik, Dani, Arvind Subramanian e Francesco Trebbi (2002). *Institutions Rule: The Primacy of Institutions over Geography and Integration in Economic Development*. NBER Working Paper No. 9305.

desenvolvimento econômico<sup>43</sup>. Para os que advogam em favor dessa idéia, parece pouco provável que mesmo países que sigam a risca as diretrizes do Consenso de Washington – paradigma no qual, como já exposto, a garantia de retorno do investimento privado através da segurança institucional estabelecida pelos Acordos de Proteção e promoção de Investimento detém enorme importância – isto é, países que tenham estabilidade macroeconômica, garantam o cumprimento das obrigações contratuais, protejam os direitos à propriedade privadas e imponham restrições mínimas ao comércio, apresentem o tipo de empreendedorismo necessário para a construção da diversificação econômica necessária ao desenvolvimento. Isso se dá, pois, em países em desenvolvimento, o retorno de investimentos em atividades não tradicionais é por demasiado arriscado. Dessa forma, as externalidades intrínsecas à diversificação econômica, como as externalidades de informação, tornam pouco provável que economias em desenvolvimento se diversifiquem sem ação estatal.

Para RODRIK e COOTER, o empreendedorismo depende de um processo denominado “auto-descoberta”, isto é, o mapeamento dos custos inerentes à determinada atividade econômica. Todavia, como argumentado por RODRIK, se o empreendedor falhar nesta tarefa, caberá somente a ele arcar com os custos do seu fracasso. Em economias com renda baixa, é compreensível afirmar que empreendedores não se arriscarão em atividades pouco conhecidas – a auto-descoberta- caso tenham que arcar sozinhos com o custo do seu fracasso. A intervenção estatal, então, seria um ponto-chave na diversificação econômica dos países em desenvolvimento.

RODRIK vai mais além ao propor o que ele denomina de “*política da cenoura e do bastão*”. A política da cenoura seria o atrativo ao empreendedorismo, que poderia ter a forma de um subsídio, proteção comercial, etc, ao passo que o bastão serviria para disciplinar atitudes oportunistas pelo recipiente do subsídio. Tal proposição de RODRIK dialoga fortemente com o proposto por MUSHTAK KHAN, haja vista que este afirma que mercados de países em desenvolvimento, mesmo no mais eficiente cenário imaginável, são tipicamente inadequados de, sozinhos, atraírem capital e novas tecnologias em áreas de alto valor agregado. Mercado eficientes de países desenvolvidos geralmente atraem capital e tecnologia porque tais tecnologias já são lucrativas, bem como já é possível encontrar trabalhadores bem qualificados para lidar

---

<sup>43</sup> Rodrik, Dani. “*Industrial Policy for the twenty first Century*”. KSG paper, 2004, pp 3.

com tal demanda. No mais, por mais que se diga que os baixos salários pagos em países em desenvolvimento serviriam por si só como atrativos ao desenvolvimento de rápida convergência tecnológica com os países desenvolvidos, problemas de infraestrutura, governança e, principalmente, de baixa produtividade da massa trabalhadora, anulam a hipotética vantagem dos países em desenvolvimento.

Diante do exposto, é possível ver duas linhas claras de raciocínio. Em primeiro lugar, há aqueles que advogam pela assinatura e ratificação de Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos como política central de desenvolvimento a ser guiada pelo Estado, visto que este somente tem garantir o cumprimento das obrigações contratuais, o retorno e tratamento justo e equitativo do investimento, a proteção dos direitos à propriedade privada e indenização rápida e própria em caso de expropriação mecanismos justos, especializados, rápidos e imparciais de resolução de controvérsias.

Um outro grupo parte do pressuposto de que não há nada empírico que comprove que Acordos de Proteção e Promoção de investimento realmente cumpram o seu papel, isto é, sirvam como ferramenta de captação de maior volume de investimentos privados, simplesmente porque inexistência qualquer evidência empírica que mostre que países que alcançaram melhores índices de crescimento basearam-se em políticas de maior proteção ao investimento privado, seja por regulamento interno, seja pela maior assinatura de tais Acordos. Há também os que se preocupam que o enorme fardo que os Estados receptores assumiriam ao garantir extensos direitos aos investidores como forma de atraí-los<sup>44</sup>.

Essa pesquisa não busca por um termo na discussão, mas sim considerá-la criticamente ao analisar um conjunto específico de situações na qual o marco regulatório se diferencia. Em primeiro lugar, como será objeto de análise do item seguinte deste capítulo, há os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos já assinados por Angola que representam um Paradigma específico assumido por esse país. Em segundo plano, sob perspectiva brasileira, há a legislação interna angolana e os contratos que regulam os investimentos estrangeiros entre os dois países, dada a inexistência de um Acordo a nível internacional que vincule os dois países. Em terceiro

---

<sup>44</sup> HALLWARD-DRIEMEIER, Mary. *“Do Bilateral Investment Treaties Attract FDI? Only a bit...and they could bite”*

lugar – e aqui reside o interesse desta pesquisa – está a justaposição entre um possível marco regulatório internacional baseado no paradigma já existente e as práticas jurídicas regulatórias dos agentes brasileiros em Angola, analisando as possíveis consequências de um marco jurídico internacional na estratégia dos agentes privados brasileiros em Angola. Partiremos a seguir, então, para a análise empírica dos Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos em Angola.

## **2.2 A ESTRUTURA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA: CARACTERÍSTICAS DOS ACORDOS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS**

Os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos, após preâmbulo que justifique a assinatura destes e enumere os princípios pelos quais estes serão regidos, versam geralmente sobre<sup>4546</sup>:

- (i) Escopo e Definição de Investimento
- (ii) Parâmetros de Tratamento, o qual inclui:
  - 1. Admissão do Investimento ou pré-estabelecimento com Tratamento Nacional e Nação Mais Favorecida
  - 2. Tratamento do Investimento – Princípios do Tratamento Nacional, Nação Mais favorecida e Tratamento Justo e equitativo
  - 3. Livre transferência de fundos e repatriação de capital, ativos e lucros
- (iii) Resolução de Controvérsias, tanto no âmbito Estado-Estado quanto Investidor-Estado

Todos estes mecanismos compõem a estrutura geral de proteção e promoção de investimentos inerentes aos acordos e que lhe confere nome.

---

<sup>45</sup> LOWENFELD afirma que os Acordos de Proteção e Promoção de investimentos são “surpreendentemente similares”. LOWENFELD, Adreas F. *Principles of International Economic Law*. Oxford Press. 2008. P. 474.

<sup>46</sup> SORNARAJAH também afirma que “A estrutura de diferentes Acordos Bilaterais de Investimento detém uma similaridade básica”. SORNARAJAH, M. *The International Law on Foreign Investment*. Terceira Edição. Cambridge Press. P.186.

Realizado um voo sobre as principais características inerentes aos Acordos de Proteção e Promoção de investimentos e tendo em vista o objetivo de estudo do arcabouço institucional internacional e nacional de Angola para a promoção de proteção do investimento estrangeiro, passarei a análise dos Acordos firmados até então em Angola. A base de dados utilizada para esta análise foi a criada pela UNCTAD, que tem como objetivo compilar todos os tratados bilaterais de investimento assinados e em vigor atualmente.

A pesquisa mostrou que Angola assinou 9 tratados bilaterais de promoção e proteção do investimento estrangeiro, dos quais 5 estão em vigor, conforme a tabela abaixo:

<b>Parceiro (Angola -)</b>	<b>Data de Assinatura</b>	<b>Data de entrada em vigor</b>
Cabo Verde	30/09/1997	15/12/1997
Alemanha	30/10/2003	01/03/2007
Itália	16/07/2002	21/05/2007
Portugal	24/10/1997	
Federação Russa	26/06/2009	12/01/2011
África do Sul	17/02/2005	
Espanha	21/11/2007	
Reino Unido	04/07/2000	

Fonte: Elaborado a partir da base de dados da UNCTAD. Disponível em: [http://unctad.org/Sections/dite\\_pcbb/docs/bits\\_angola.pdf](http://unctad.org/Sections/dite_pcbb/docs/bits_angola.pdf) (Acesso em 26 de agosto de 2014).

Há ainda um outro acordo que, embora não conte na base de dados da UNCTAD, foi firmado por Angola:

Cuba	20/05/2008	14/04/2009
------	------------	------------

Para fins dessa pesquisa, cinco Acordos de Proteção e promoção de investimentos foram escolhidos para análise. Foi concedida prioridade aos acordos em vigor, mas vista a impossibilidade fática de acesso aos documentos e querendo averiguar se haveria alguma diferença substancial entre os acordos em vigor e os demais, os Acordos com Portugal e com o Reino Unido foram incluídos na análise. Dessa forma, foram analisados, em ordem cronológica, os acordos com Portugal (1997), Reino Unido (2000), Alemanha (2003), Cuba (2008) e Federação Russa (2009). A

análise será complementada por comparação com o Paradigma de Acordos de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos – “*Paradigma de Investimentos*” – promulgado pelo Governo Angolano em 4 de Junho de 2014 por meio do Decreto Presidencial nº122, o qual instituiu um quadro legal paradigmático dos Acordos dessa natureza que a Republica de Angola estabeleça com os demais Estados.

Sabendo que a estrutura básica de um Acordo de Protecção e Promoção de investimentos pode ser dividida em três categorias: (i) definição do termo “investimento” e escopo de aplicação; (ii) parâmetros de tratamento, e; (iii) mecanismos de resolução de conflitos<sup>47</sup>, verificamos que os Acordos de Protecção e promoção de investimentos firmados por Angola não fugiram à regra. Dessa forma, a estrutura de análise foi dividida e estruturada de maneira conforme, como será visto a seguir.

#### **I.A. DEFINIÇÃO DO TERMO “INVESTIMENTO” E ESCOPO DE APLICAÇÃO**

As disposições do Acordo de Protecção e Promoção de investimentos sobre definição do termo “investimento” e seu escopo de aplicação são, talvez, seus elementos centrais, na medida em que são elas as responsáveis por restringir ou aumentar o escopo aos quais os parâmetros de tratamento se aplicarão.

Nos APPIs em vigor de Angola, a definição do termo “investimento” é bastante ampla e pode ser resumida à presença de ativos – bens de toda e qualquer a natureza – investidos por investidor de uma parte contratante no território de outra parte contratante. Todos os tratados estabelecem listas exemplificativas e não excludentes, que listam, dentre outros, os seguintes bens como investimentos:

- (i) Propriedade de bens móveis e imóveis, bem como outros direitos reais, tais como hipotecas e penhores;
- (ii) Quotas em sociedades e outros tipos de participação em sociedades;
- (iii) Direitos a valores economicamente mensuráveis, aplicados para gerar valor econômico e direitos a prestações com valor econômico;
- (iv) Direitos de propriedade intelectual, tais como direitos de autor, patentes, modelos registrados, desenhos e modelos industriais, marcas, nomes comerciais registrados, segredos industriais e comerciais, processos tecnológicos, know-how e *goodwill*;

---

<sup>47</sup> UNCTAD. *Investment Instruments Online: UNCTAD Analysis of BITs*.

- (v) Concessões de direito público, incluindo concessões de pesquisa, exploração e extração.

O conceito de investidor, da mesma forma, é bastante amplo. Segundo os tratados, o investidor é qualquer pessoa, física ou jurídica, nacional de um Estado Contratante, que efetue investimento no território da outra Parte Contratante, seja por meio de consórcio, sucursais ou filiais controladas, de qualquer forma, por referida pessoa física ou jurídica.

A definição ampla de investidor e de investimento, permite-nos concluir que a intenção de Angola é permitir que investidores indiretos (aqueles que investem por meio de empresas controladas) sejam beneficiados pelos direitos e pelo tratamento previsto nos Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos.

Na perspectiva temporal que rege o âmbito de aplicação dos tratados, deve-se fazer menção a primeira diferença entre os tratados. Os tratados com Portugal (1997), Reino Unido (2000) e Alemanha (2003) estabelecem que os Acordos aplicar-se-ão igualmente aos investimentos realizados antes da sua entrada em vigor, por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos, mas não se aplica aos litígios surgidos antes da sua entrada em vigor. Neste sentido, investimentos que já tivessem sido realizados antes do início da vigência do Acordo de Proteção e Promoção de investimentos e também seriam beneficiados pelos direitos e pelo tratamento neles previstos.

Nos acordos com a Federação Russa (2009) e com Cuba (2008), por outro lado, é previsto que o Acordo aplicar-se-á aos investimentos dos investidores de cada uma das Partes Contratantes realizados no território da outra Parte Contratante depois da sua entrada em vigor. O *Paradigma de Investimentos* sugere abordagem semelhante, o que sugere uma mudança de tratamento conferido aos investimento, de modo a restringir o âmbito de aplicação aos investimentos realizados apos a entrada em vigor do Tratado.



#### **IV.B. PARÂMETROS DE TRATAMENTO**

Os parâmetros de tratamento previstos em um Acordo de Proteção e Promoção de investimentos podem ser divididos em duas categorias. Os parâmetros genéricos de tratamento representam os direitos substantivos gerais concedidos aos investidores por meio dos Acordos. Os parâmetros específicos de tratamento, por sua vez, representam as proteções substantivas que viabilizam a proteção ao investimento realizado no país receptor do investimento.

São quatro os principais parâmetros genéricos que servem de referência, nos Acordos de Proteção e Promoção de investimentos, para a fixação de direitos que são assegurados aos investidores: (i) tratamento justo e equitativo; (ii) tratamento nacional; (iii) direitos decorrentes da cláusula da nação mais favorecida, e; (iv) cláusulas guarda-chuva.

Nos tratados analisados de Angola, há previsão de tratamento justo e equitativo para todos os investimentos realizados por investidores. Neste sentido, os tratados garantem aos investidores uma garantia procedimental de transparência e material de consideração às circunstâncias do caso concreto, visando uma solução justa e equitativa, especialmente em caso de litígio.

Os tratados também incorporam as cláusulas do tratamento nacional e da nação mais favorecida, as quais visam garantir equidade de condições de competição entre os investidores de um Estado e os investidores nacionais ou de outros Estados aos quais tratamento mais favorável seja conferido. Por meio destas cláusulas, os tratados vedam, respectivamente, tratamento menos favorável ao investidor do que o concedido aos nacionais do país receptor do investimento e tratamento menos favorável que o concedido a investidores de outros Estados.

Todavia, os próprios tratados criam algumas exceções à esta regra geral, que são os casos de previsão de um tratamento mais favorável a um investidor estrangeiro que realiza seu investimento sob a égide de uma união econômica ou aduaneira, mercado

comum, zona de livre comércio ou acordo econômico similar ao acordo de proteção e promoção de investimento e acordos de natureza fiscal<sup>48</sup>.

No que tocam os chamados parâmetros específicos de tratamento, destacam-se também quatro: (i) garantia da livre transferência de recursos; (ii) compensação para os casos de expropriação ou de danos ao investimento; (iii) promoção de investimentos, e; (iv) direitos de entrada de indivíduos ligados ao investimento.

Todos os tratados em vigor de Angola prevêm que cada Parte Contratante garantirá aos investidores da outra Parte Contratante a livre transferência das importâncias relacionadas com os investimentos.<sup>49</sup> O tratado com a Alemanha preocupa-se, em especial, com os seguintes itens:

- (i) Capital inicial e das importâncias adicionais necessárias à manutenção ou ampliação do investimento;
- (ii) Rendimentos correntes;
- (iii) Amortizações de empréstimos;
- (iv) Produto resultante da liquidação ou alienação total ou parcial do investimento, e;
- (v) Indenizações por motivo de expropriação.

Sobre este último item particularmente protegido no tratado com a Alemanha, os tratados proíbem a expropriação direta ou indireta do investimento, salvo por motivos de utilidade pública e sempre mediante justa indenização. O valor da indenização pela expropriação deverá corresponder ao valor que o investimento expropriado tinha imediatamente antes do momento no qual a expropriação se tornou de conhecimento público. Ademais, o pagamento deve ser “imediato” e “sem demora”.

Com o objetivo de não só proteger, mas também de promover investimentos, os tratados possuem previsão de facilitação do estabelecimento de investimento no território das partes contratantes, bem como a previsão de facilitação de entrada e permanência de assalariados em conexão com o investimento.

---

<sup>48</sup> No tratado com a Alemanha são excetuadas medidas tomadas por razão de segurança ou ordem pública, de saúde pública ou de ordem moral e vantagens, isenções e reduções fiscais que, segundo a legislação fiscal, somente sejam concedidas a investidores residentes no seu território.

#### **IV.C. MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Como é comum em Acordos de Proteção e Promoção de investimentos, o mecanismo de resolução de controvérsias pode ser dividido em dois: controvérsias que envolvem diretamente os Estados Contratantes e controvérsias que envolvem diretamente os investidores em uma demanda contra um dos Estados Contratantes.

Em todos os tratados analisados, as controvérsias surgidas entre Estados deverão ser dirimidas primeiramente por via amigável e diplomática. Se, após determinado período para esta composição amigável, não for possível alcançar uma solução de comum acordo para o litígio, o pedido poderá ser submetido a um Tribunal Arbitral constituído na modalidade “*ad hoc*”.

Os tratados também são bastante semelhantes com relação às disposições para resolução de controvérsias entre investidores e Estados. Destacam-se a seguir as disposições dos acordos de Angola com Alemanha (2003) e Federação Russa (2009). Ambos indicam que após 6 (seis) meses do início da disputa, caso não haja uma solução amigável do litígio, o investidor poderá optar entre:

- (i) Ingressar com uma ação nos tribunais nacionais competentes da Parte Contratante no Território da qual se situa o investimento; ou
- (ii) Iniciar um procedimento arbitral “*ad hoc*”, de acordo com o regulamento de arbitragem da UNCITRAL para arbitragem comercial; ou
- (iii) Iniciar um procedimento arbitral junto ao Centro Internacional de Resolução de Disputas Relacionadas a Investimentos (CIRDI ou ICSID).

Nesta cláusula de resolução de conflitos há importante concordância entre o tratado celebrado por Angola entre a Alemanha (2003) e a Rússia (2009) que os diferem do tratado com Portugal (1997). Nos tratados celebrados com a Alemanha e a Rússia, além das três possibilidades de resolução de conflitos indicadas acima, reconhece-se a possibilidade de utilização do mecanismo adicional para a administração de processos do ICSID. Esta é uma disposição importante, tendo em vista que a utilização do mecanismo adicional do ICSID exige consentimento específico das partes contratantes e que Angola não aderiu à Convenção de Washington.

O mecanismo adicional do ICSID foi adotado formalmente pelo Conselho Administrativo em 1978 para administrar certas categorias de procedimentos que caem fora do escopo da Convenção do ICSID de 1965. As regras do mecanismo adicional dispõem acerca da possibilidade de (i) procedimentos de arbitragem e conciliação para a resolução de disputas de investimento quando o Estado parte da disputa ou o Estado de origem do nacional estrangeiro não são partes contratantes da Convenção de Washington e (ii) procedimentos de arbitragem e conciliação para a resolução de disputas de investimento que não surjam diretamente de um investimento, dado que ao menos uma das partes seja uma parte contratante ou nacional de um Estado contratante<sup>50</sup>.

Nos tratados com o Reino Unido (2000) e com Cuba (2008), além dos Tribunais locais, apenas a arbitragem *ad-hoc* é mencionada, ao passo que no tratado com Portugal (1997) apenas o procedimento arbitral junto ao Centro Internacional de Resolução de Disputas Relacionadas a Investimentos (CIRDI ou ICSID). No caso de um investidor da República Federal da Alemanha ter recorrido a um tribunal nacional da República de Angola, o controvérsia só poderá ser submetida a um tribunal arbitral internacional, se o tribunal competente angolano não tiver tomado uma decisão sobre a substância do controvérsia.

O *Paradigma de Investimentos* nada versa sobre arbitragem de investimento entre o investidor e o Estado, dizendo contudo que “quaisquer litígios ou divergências relativas à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência de contratos de Investimento Privado, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado receptor e o Investidor serão resolvidos nos termos das respectivas legislações nacionais”.

Em todo o caso, a eficácia da realização de uma arbitragem internacional com sentença proferida em território estrangeiro envolvendo a Angola pode ser questionável.

---

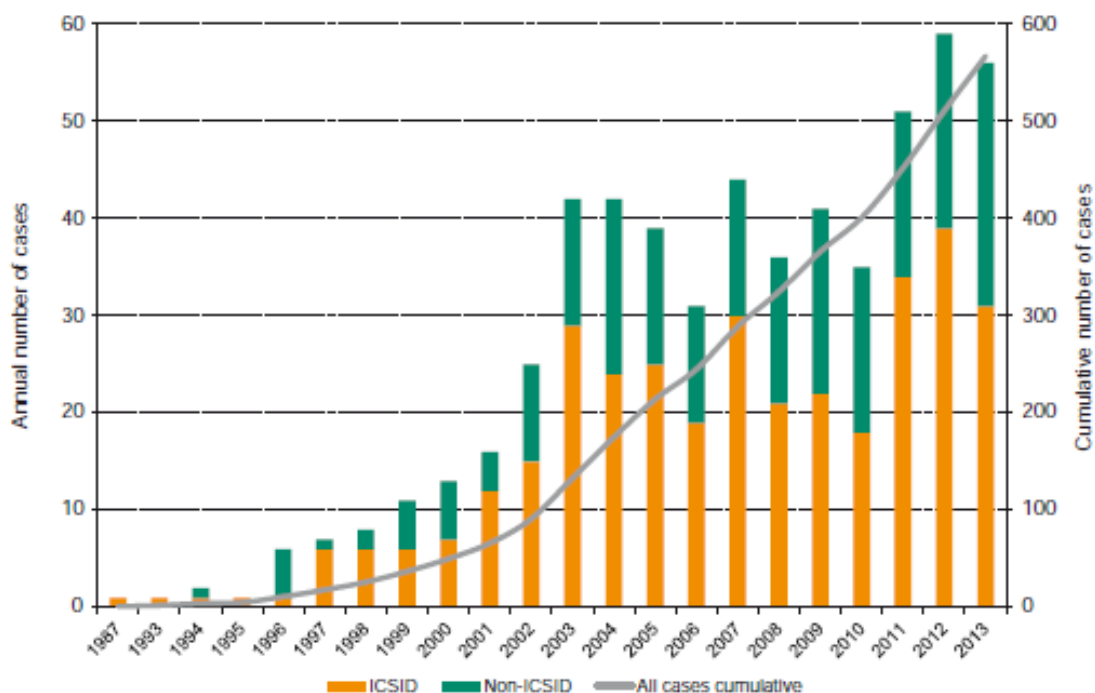
<sup>50</sup> NITSCHKE, Frauke; Ait-El-Hadj; Determining the Place of arbitration in ICSID Additional Facility Proceedings. Disponível em: <http://icsidreview.oxfordjournals.org/content/30/1/243.extract#> Acessado em 23 de julho de 2015.

Isto porque Angola também não é um Estado signatário da Convenção de Nova Iorque de 1958 sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras. Nestes termos, a efetividade de todas as disposições relacionadas à resolução de conflitos investidor-Estado é questionável. Os tratados vinculam apenas a execução a legislação nacional de cada Estado. Dessa forma, será objeto dessa pesquisa, a partir da análise dos marcos regulatórios internos ao Estado de Angola e de exemplos de contratos firmados, verificar se, de fato, a arbitragem internacional é uma opção para o investidor brasileiro em Angola.

#### IV.I TENDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTOS RECENTES NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DO DIREITO INTERNACIONAL DO INVESTIMENTO

O ano de 2013 foi marcado pelo início de 57 arbitragens entre investidor e Estado com fundamento em acordos internacionais de proteção e promoção de investimento, tendo o segundo maior número anual de arbitragens desse tipo, perdendo apenas para o ano de 2012, no qual 58 arbitragens foram iniciadas<sup>51</sup>. O número total de arbitragens no decorrer do tempo pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo:

**Tabela 8 – número total de arbitragens investidor-Estado por ano entre 1987 e 2013**



<sup>51</sup> UNCTAD. *Recent developments in investor-State dispute settlement. No. 1. April 2014.*

Fonte: UNCTAD. World Investment Report 2014.

Diante dos números acima expostos, fica claro que a arbitragem internacional Investidor-Estado tem um papel importante dentro do mecanismo de solução de controvérsias dos Acordos de Proteção e Promoção de investimentos. Todavia, como já mostrado nos debates e pressupostos teóricos por trás de tais acordos, não é pacífico o entendimento doutrinário acerca de tal forma de solução de controvérsias no direito internacional. Alguns – especialmente os países em desenvolvimento, incluindo Angola – clamam por um espaço mais político e diplomático em detrimento de mecanismos formais institucionalizados de solução de controvérsias como o ICSID. O *Paradigma de investimentos*, então, é um representante de tal pensamento ao propor resolução primária de conflitos por via diplomática e, portanto, amigável entre as partes e, caso esta não seja possível, eventual recurso à Corte Internacional de Justiça. Percebe-se, portanto, que a arbitragem Investidor-Estado não foi prevista, contrariando prática anterior do governo angolano em firmar acordos com tal previsão.

O fato é que muitos concordam que os mecanismos de solução de controvérsias baseado em arbitragem institucionalizada entre Investidor-Estado se tornaram por demasiado caros, lentos e imprevisíveis para ambas as partes quando comparado com o que inicialmente se pensou, sendo portanto até mesmo dispensáveis para o alcance dos fins propostos pelos Acordos de Proteção e Promoção de investimentos<sup>52</sup>. Em complemento, as arbitragens foram iniciadas contra países em desenvolvimento em 2012 representaram 66% do total, ao passo que os países reclamantes foram países desenvolvidos em 64% dos casos.<sup>53</sup> Dessa forma, muitos clamam por uma “nova geração” de acordos de investimento, no qual a arbitragem investidor-Estado seria potencialmente mantida, mas novas formas de maximizar os benefícios de um sistema normativo seriam buscadas, especialmente no sentido de limitar os custos do sistema de solução de controvérsias, os quais podem alcançar valores bilionários<sup>54</sup>. Muito embora na grande maioria das vezes os valores sejam substancialmente inferiores a estes, o risco de enfrentar arbitragens bilionárias exerce pressão significativa nas finanças públicas e cria potenciais desincentivos ao exercício de regulamentação pública potencialmente baseadas no interesse público, pondo obstáculos ao desenvolvimento econômico

---

<sup>52</sup> ECHANDI, Roberto. *Complementing Investor-state dispute resolution: a conceptual Framework for investor-state conflict management*. 2013.

<sup>53</sup> UNCTAD. *Recent Developments in Investor-State Dispute Settlement*. 2013. P.1.

<sup>54</sup> O valor chegou a US\$1,77 bilhão em *Occidental v. Ecuador*.

sustentável das nações. Nesse sentido, surgem os métodos alternativos de solução de controvérsias de forma não litigiosa, como a mediação e conciliação, como potencial tendência de inovação ao *status quo* dos Acordos de investimento, nos quais os interesses prevalecem em relação aos direitos e ao poder e *trade-offs* marcam o cenário.

#### **4. A PROTEÇÃO AO INVESTIMENTO PRIVADO E O CONTEXTO BRASIL X ANGOLA**

Esta seção parte da premissa de que, como mostrado no decorrer do trabalho, houve intensificação no fluxo de investimento Direto Estrangeiro nos últimos anos, o que não necessariamente – ao menos até a assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (ACFI) entre Brasil e Angola em 1 de abril de 2015 - fora acompanhado pela assinatura e ratificação de Acordos formais de Proteção e Promoção de investimentos. Dessa forma, surge a indagação: quais os mecanismos de proteção e, mais especificamente, quais os mecanismos de solução de controvérsias disponíveis para os investidores brasileiros em Angola?

No capítulo anterior foram analisados os mecanismos que garantem, por assim dizer, o acesso à um sistema de solução de controvérsias dentro de acordos bilaterais de investimentos firmados entre Angola e outros países no passado. Agora, tem-se como objetivo contrapor tal análise com o que está de fato disponível ao investidor brasileiro em Angola, isto é, a legislação interna angolana e a proteção concedida por contratos.

##### **4.1 DA LEGISLAÇÃO ANGOLANA E A PROTEÇÃO AO INVESTIMENTO PRIVADO**

Em Angola, o Investimento Privado – interno e externo - é regulado pela Lei 20/11, de 20 de Maio (“LIP”), que estabelece as exigências do Estado Angolano ao Investidor Privado Estrangeiro, além de ter como objetivo, dentre outros, a garantia de segurança ao Investidor. Da negociação entre Estado Angolano e Investidor Estrangeiro resulta o Contrato de Investimento Privado, de natureza administrativa e cujo conteúdo mínimo é igualmente regulado pela LIP. Assim, a estratégia contratual do Investidor fica bastante adstrita aos termos da LIP, sendo certo que a solução de litígios por via

arbitral é legalmente prevista, desde que a arbitragem ocorra em Angola e se aplique a lei angolana, isto porque o problema de reconhecimento de sentença arbitral estrangeira em Angola, enquanto não signatária da convenção de Nova York, é resolvido exclusivamente pelo direito interno angolano.

Dada a importância de tal texto legal – especialmente ao investidor brasileiro que, fora o contratualmente disposto, não tem um mecanismo formal de proteção ao investimento em nível internacional – foi realizada análise comparativa entre o disposto neste texto normativo e a proteção normalmente conferida ao investimento privado por meio de Acordo de Proteção e Promoção de Investimento, que, como já foi mostrado, é marcada por definições de investimento, padrões de proteção – Nação mais favorecida e tratamento nacional -, regras para indenização por expropriação e mecanismos de solução de controvérsias. Como será visto nas seções subseqüentes, diversas são as semelhanças entre os Acordos de Proteção e Promoção de investimento firmado por Angola, o *Paradigma de Investimentos* e a LIP, mostrando a intenção do país em fornecer ampla proteção jurídica ao investimento e ao investidor privado, independente de sua nacionalidade, de forma a fomentar o investimento e o desenvolvimento socioeconômico do país.

#### - ÂMBITO DE APLICAÇÃO E DEFINIÇÕES

Em termos de definição de investimento, ancorado no artigo 2º da LIP, é possível verificar que esta é bastante abrangente, podendo ser resumida à presença de ativos – bens de toda e qualquer natureza – utilizados no território angolano, bem como a utilização em território nacional de capitais, tecnologia e *know-how*. Investidor privado também é amplamente definido como qualquer pessoa, independente de nacionalidade, que realize investimentos em Angola. É feita uma diferenciação entre investimento externo e interno, sendo este definido por investimento realizado por pessoa de qualquer nacionalidade que utilize ativos domiciliado no território nacional e aquele definido como introdução e utilização em Angola de capitais domiciliados no exterior, com direito a transferir dividendos para o exterior.

O âmbito de aplicação da LIP é o de investimentos tanto internos como externos, conquanto estes superem a cifra de US\$ 1 milhão (um milhão de dólares americanos) ou



o equivalente em moeda nacional para o caso de investimento interno e sejam projetos de investimento realizados em território nacional, nos termos do artigo 3º da LIP. Exclui-se do âmbito de aplicação legal os investimentos realizados por pessoa de direito privado cuja metade ou mais do capital seja detido por Estado ou por outra pessoa coletiva pública. Há também separação entre o investidor pessoa jurídica do investidor pessoa física, sendo que o indivíduo sócio ou acionista de pessoa jurídica que tenha investido em Angola apenas será considerado investidor nos termos da LIP caso tenha individualmente investido montante superior a US\$ 1 milhão (um milhão de dólares americanos). Os domínios das atividades de exploração petrolífera, diamantífera e das instituições financeiras são regulados por diplomas específicos.

#### **- PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA DO INVESTIMENTO PRIVADO**

A LIP enumera em seu artigo 5º diversos princípios gerais aos quais a política de investimento privado deverá obedecer. Dentre eles, chama a atenção o princípio de igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, por deter inerente semelhança com o princípio do tratamento nacional e, também, o princípio da promoção da livre e cabal circulação dos bens e dos capitais., todos estes elencados nos artigos 14 e seguintes da LIP.

#### **- GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES GERAIS DO INVESTIDOR PRIVADO**

A LIP garante em seu artigo 14º e 15º que as sociedades e empresas constituídas em Angola para fins de obtenção de facilidades e incentivos ao investimento privado, ainda que com capitais provenientes do exterior, têm estatuto de empresas de direito angolano. Dessa forma, não haverá discriminação no tratamento legal conferido a uma sociedade por motivo de nacionalidade do capital. Também é assegurado um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório e equitativo às sociedades e empresas operantes em Angola, independente da origem do capital, de forma semelhante ao que ocorre nos parâmetros de proteção dos acordos bilaterais de investimento firmados por Angola. Ao investidor é garantido proteção, segurança e acesso aos meios e instâncias judiciais, bem como o direito de dispor livremente da sua propriedade, nos mesmos termos que o investidor interno. Não há, todavia, disposição que se assemelhe a disposição de nação mais favorecida, como pôde ser encontrado em alguns dos Acordos

bilaterais de investimento assinados por Angola.

Ao investidor privado é assegurado pelo artigo 16º o acesso aos tribunais angolanos para a defesa dos seus direitos, sendo-lhes garantido o devido processo legal. Também de forma semelhante ao que ocorre nos acordos bilaterais de investimento, é assegurado o pagamento de indenização “pronta, justa e efectiva” nos casos de expropriação do investimento privado por motivos de interesse público.

Entretanto, de forma diferente ao que ocorre normalmente nos acordos bilaterais de investimento, uma série de deveres são alocados ao investidor privado pelo artigo 24º da LIP. Tais deveres são, especialmente, relacionados ao cumprimento de medidas que proporcionem a captura de valores por parte de Angola – “angolanização progressiva dos quadros de direcção e chefia, sem qualquer tipo de discriminação” – e medidas que visem a consecução dos objetivos de desenvolvimento social e económico de Angola.

#### **- SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Mais adiante, a LIP define que o contrato terá natureza administrativa, tendo com partes o Estado Angolano, representado pela ANIP (Agência Nacional para o Investimento Privado), e o investidor privado. Dentre as cláusulas essenciais ao contrato, encontra-se a cláusula de forma de resolução de litígios, sendo possível a adoção de arbitragem, cujo procedimento deverá ser pormenorizado, caso seja escolhido tal via extrajudicial. Não há, todavia, menção a qualquer instituição, o que nos leva a entender que a arbitragem Investidor-Estado é possível de acordo com a LIP, mas não será necessariamente institucional. Não obstante, a LIP deixa claro que a arbitragem nos contratos de investimento privado deverá ser realizada em Angola e a lei aplicável ao contrato e ao processo deverá ser a angolana. Dessa forma, nosso próximo passo será justamente analisar a lei de arbitragem angolana, comparando as suas provisões com os mecanismos de solução de controvérsias comumente encontrados em Acordos de proteção e promoção de investimentos.

#### **4.2 DA LEGISLAÇÃO ANGOLANA E A ARBITRAGEM**

A arbitragem não é um instituto novo e tampouco estranho ao ordenamento jurídico angolano, encontrando consagração na recente Constituição da República de Angola<sup>55</sup>. O artigo 175.º do referido texto legal dispõe que:

*“a lei consagra e regula os meios e as formas de composição extrajudicial de conflitos, bem como a sua constituição, organização, competência e funcionamento”.*

Como já mencionado, a recente Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, prevê a possibilidade do recurso à arbitragem para a resolução de litígios entre o Estado e Investidores privados. Dessa forma, o legislador angolano procedeu à modernização do direito da Arbitragem, aprovando a Lei n.º 16/03, de 25 de Julho, sobre a Arbitragem Voluntária (LAV), largamente inspirada na Lei-Modelo da UNCITRAL, que contempla o regime da arbitragem tanto interna quanto internacional. Pois bem, este é o texto normativo sobre a ser analisado tendo em vista a comparação do sistema de solução de controvérsias dos Acordos de proteção e promoção de investimentos, do *paradigma de investimentos* e da LIP.

Uma grande diferença que de pronto pode ser traçada é o fato de os APPIs preverem a autorização ou consentimento do Estado angolano à arbitragem de forma a facultar ao investidor estrangeiro recurso imediato à arbitragem internacional, sem a necessidade de celebração de qualquer outra convenção de arbitragem posterior, como, nos termos da LIP, um contrato administrativo de investimento privado prevendo a resolução de litígios por vias de uma arbitragem *ad hoc*.

Tomemos como exemplo um contrato administrativo de investimento firmado entre o Estado Angolano e a Biocom – companhia de bioenergia de Angola LDA, empresa do grupo Odebrecht, cuja minuta data de Agosto de 2009 e cujo teor foi disponibilizado no diário oficial de Angola. Nele, há cláusula compromissória para a instauração, em caso de litígio, de um procedimento de arbitragem *ad hoc*. O Tribunal arbitral deverá ser composto por três árbitros, cabendo a cada uma das Partes a escolha de um árbitro, sendo o terceiro árbitro, que exercerá as funções de árbitro-presidente, escolhido por acordo entre os outros dois. Em caso de ausência de acordo, será nomeado o presidente do tribunal provincial de Luanda. As leis que regerão a arbitragem serão as

---

<sup>55</sup> DIAMVUTU, Lino. “A *Protecção do Investimento estrangeiro em Angola através da arbitragem*”. Coimbra, 2011.

leis angolanas e o local da arbitragem também será o território de Angola. Pois bem, a pergunta que se segue é: Caso o Estado de nacionalidade da companhia assinante do contrato tivesse um acordo de proteção e promoção de investimento com Angola e, nos moldes dos acordos levantados por este trabalho, houvesse previsão expressa de arbitragem institucional, potencialmente a ocorrer fora do território de Angola, com procedimentos próprios respectivamente firmados no regulamento do centro de arbitragem escolhido, o que prevaleceria?

De acordo com parte da doutrina<sup>56</sup>, esses Acordos internacionais de investimento organizam um “*forum shopping in favorem*” que participa da proteção acordada ao Investidor, ou seja, uma vez presente um compromisso arbitral institucionalizado e uma violação ao tratado, poderá o investidor lesado recorrer à arbitragem institucionalizada internacional, mesmo esta ocorrendo fora do território angolano e utilizando lei que não a angolana.

Poder-se-ia considerar ainda que, inexistente ratificação por parte de Angola das Convenções de Nova Iorque de 1958 e Convenção de Washington de 1965, a indicação de arbitragem institucionalizada – ICSID – nos Acordos de Proteção e promoção de investimento firmados por Angola teriam apenas uma “relevância *ad futurum*”, devendo ser entendidas como um “compromisso público de arbitragem”<sup>57</sup>. Não devemos, no entanto, olvidar do mecanismo adicional ao ICSID, que torna possível a arbitragem institucional entre um investidor e um Estado, conquanto ao menos uma das partes seja parte da Convenção de Washington. Todavia, tal arbitragem não poderia ter Angola como sede, haja vista a vedação do artigo 19 do Mecanismo Complementar do ICSID, que dispõe que “as arbitragens só podem ter lugar nos Estados-partes da Convenção de Nova Iorque para o Reconhecimento e a Execução de sentenças arbitrais estrangeiras (1958)”. Uma vez que Angola ainda não ratificou tal convenção, cabe aduzir que tal país não pode ser sede da referida arbitragem<sup>58</sup>. Uma vez não sendo sede da arbitragem, a sentença estrangeira cairá no disposto no artigo 1094 do Código de Processo Civil angolano, o que dispõe que “nenhuma decisão sobre direitos privados, proferida por

---

<sup>56</sup> GAILLARD, Emmanuel, « *L'Arbitrage sur le fondement des Traités de Protection des Investissements* », Revue de l'Arbitrage, 2003, p. 853 apud DIAMVUTU, Lino. “*A Protecção do Investimento estrangeiro em Angola através da arbitragem*”. Coimbra, 2011.

<sup>57</sup> DIAMVUTU, Lino. “*A Protecção do Investimento estrangeiro em Angola através da arbitragem*”. Coimbra, 2011

<sup>58</sup> DIAMVUTU, Lino. “*A Protecção do Investimento estrangeiro em Angola através da arbitragem*”. Coimbra, 2011

tribunal estrangeiro ou por árbitros no estrangeiro, tem eficácia em Angola, seja qual for a nacionalidade das partes, sem estar revista e confirmada, sem prejuízo do que se acha estabelecido em tratados e leis especiais”. Uma arbitragem realizada sob o regulamento do UNCITRAL, por exemplo, carecia de tal reexame necessário.

Há, todavia, quem diga que, conquanto a lei aplicável seja a angolana, há certa flexibilidade para a escolha do local da arbitragem sem que esta seja considerada internacional<sup>59</sup>. Dessa forma, ainda com relação a arbitragem em Angola, por mais que a Lei de Arbitragem Voluntária aduza em seu corpo que na arbitragem internacional caberá ao tribunal a resolução do mérito da questão de acordo com a lei escolhida pelas partes<sup>60</sup> é fato que a LIP, ao delimitar que a lei aplicável aos contratos de investimento entre o Estado e o investidor privado serão dirimidos pela lei nacional angolana, o legislador impôs um claro limite a liberdade de escolha das partes, restringindo a lei angolana o governo sobre litígios versando sobre investimentos. Dessa forma, uma vez firmado um contrato administrativo de investimento nos termos da LIP, o investidor terá automaticamente consentido com a aplicação da lei angolana.

#### **4.3 O ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS ENTRE BRASIL E ANGOLA DE 1 DE ABRIL DE 2015**

Como brevemente exposto no início deste trabalho, o projeto de pesquisa foi realizado em período anterior a divulgação do conteúdo do ACFI firmado entre Brasil e Angola em 1 de abril de 2015. Todavia, dada a pertinência temática e relevância de tal documento legal, julgamos ser válida a inserção de uma seção discorrendo brevemente sobre tal texto legal, uma vez que este trouxe ao mundo do direito algumas das especulações principais que deram origem a pergunta-problema deste projeto de pesquisa, como os questionamentos e eventual necessidade de um novo paradigma no sistema de solução de controvérsias

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, assinou em 1 de abril de 2015 em Luanda, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre o Brasil e Angola, com seu homólogo angolano, o Chanceler Georges Rebelo Chikoti. Segundo o sitio eletrônico do Itamaraty, o ACFI entre o Brasil e

---

<sup>59</sup> GOUVEIA, Mariana França, “*O Reconhecimento de Sentenças Arbitrais Estrangeiras nos Países Lusófonos*”, in III Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Intervenções, Almedina, 2010, p. 95

<sup>60</sup> artigo 43.º da LAV angolana

Angola é o “segundo tratado assinado com base em novo modelo brasileiro de acordos de investimentos, elaborado pelo Itamaraty, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Fazenda, em consultas com o setor privado.”<sup>61</sup>

O ACFI assinado com Angola representa um novo modelo de acordo, que busca incentivar o investimento recíproco através de mecanismo de diálogo intergovernamental, apoiando empresas em processo de internacionalização. Grande parte deste diálogo será realizado através dos denominados “Pontos Focais”, os quais terão como função principal, de acordo com o artigo 5º do ACFI, “dar apoio governamental aos investimentos da outra Parte realizados em seu país”, e do “Comitê Conjunto”, composto por representantes governamentais de ambos os países e com reunião com frequência mínima de um ano, visando a “implementação e operacionalização do Acordo”, nos termos do artigo 4º do ACFI.

O ACFI, de forma semelhante aos APPIs firmados por Angola, também versa sobre *Standards* de proteção, como a regulamentação da expropriação/nacionalização, compensação e parâmetros de tratamento ao investidor e ao investimento privado, mais especificamente, espelhando as definições de nação mais favorecida e tratamento nacional presente em grande parte dos APPIs. No entanto, de forma diversa aos APPIs, o ACFI versa muito mais acerca da promoção do investimento privado do que acerca da proteção deste, ao mesmo passo em que versa significativamente mais acerca de mecanismos de prevenção de disputas do que de mecanismos de solução destas. Dessa forma, pode-se dizer que o novo paradigma elencado no ACFI com Angola – e vale a pena dizer, também no ACFI com Moçambique – é o de promoção do investimento direto estrangeiro através da cooperação Estado-Estado, fugindo da crença de que a mera proteção do investimento privado seria capaz, por si só, de impulsionar o investimento privado.<sup>62</sup>

Outra dissonância entre os APPIs e o ACFI é que, ao passo que os primeiros

---

<sup>61</sup> Disponível em:

[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_tags&view=tag&id=644-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos&lang=pt-BR#acord-invest](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=644-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos&lang=pt-BR#acord-invest). Último acesso em 23 de Julho de 2015.

<sup>62</sup> JONATHAN C., Hamilton e GRANDO, Michelle. *What are the new Brazil investment agreements and what do they portend for Brazilian investment promotion and protection, and for the future of investment treaties generally?*. 2015. Disponível em: <http://www.latinarbitrationlaw.com/brazil-and-the-future-of-investment-protections/>. Acessado em 24 de julho de 2015..

tradicionalmente incluem mecanismos procedimentais de solução de controvérsias como forma de proteger os *Standards* de tratamento elencados, este se vale especialmente dos Pontos Focais e dos Comitês Conjuntos (Artigos 4.4(v), 5.4(ii) e (iii), e 15 do ACFI) como forma de estabelecer uma espécie de “mediador”<sup>63</sup> entre os investidores e os Estados de forma a solucionar problemas antes que estes evoluam para potenciais disputas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS – RETORNO A PERGUNTA-PROBLEMA FRENTE AOS DADOS APRESENTADOS**

### **- CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LIP E A SUA POSSIVEL SEMELHANÇA COM OS APPIs FIRMADOS POR ANGOLA**

Como pôde ser visto, o disposto na LIP é um exemplo claro de que o Estado Angolano se preocupou em “manter e reforçar os direitos e garantias dos investidores privados, bem como introduzir regras e procedimentos claros, simples e céleres, no processo de aprovação dos investimentos privados”, nos termos da própria lei. Traçando um paralelo, com exceção da arbitragem, a LIP garante aos investidores enquadrados como tais em seus termos garantias muitíssimo semelhantes àquelas garantidas sob a égide dos acordos de proteção e promoção de investimento assinados por Angola. Na LIP está presente uma definição ampla de investimento, padrões claros de tratamento igualitário e não discriminatório entre os investidores nacionais e os estrangeiros, proteção do investimento contra a expropriação, mecanismos de facilitação da transferência de fundos e repatriação de capital e, dentre outros, sistema de benefícios, incentivos e facilidades como forma de atração do investimento privado estrangeiro.

Dessa forma, retorno a pergunta-problema, ou seja, como se organiza o sistema de proteção dos investidores brasileiros em Angola, de forma a maximizar a segurança e o retorno dos investimentos realizados. Como consideração final deste trabalho, aduzo que, mesmo na ausência de fonte formal de direito – como um APPI – ratificado e mesmo antes da assinatura do ACFI, os investidores brasileiros em Angola encontram

---

<sup>63</sup> JONATHAN C., Hamilton e GRANDO, Michelle. *What are the new Brazil investment agreements and what do they portend for Brazilian investment promotion and protection, and for the future of investment treaties generally?*. 2015. Disponível em: <http://www.latinarbitrationlaw.com/brazil-and-the-future-of-investment-protections/>. Acessado em 24 de julho de 2015.

parâmetros sólidos de proteção na lei interna do país africano. Mais especificamente, a “escolha da lei angolana para ser aplicada ao mérito da causa na arbitragem internacional de investimentos corresponde a critérios objectivos, oferecendo as garantias essenciais à realização da justiça nos diferendos entre o Estado angolano e investidores de outros Estados”<sup>64</sup>. A legislação angolana, especialmente nos termos da LIP, garante, dentre outros:

- i) A igualdade de tratamento  
Estado angolano assegura, independentemente da origem do capital, um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório, e equitativo, às sociedades e empresas constituídas e aos bens patrimoniais do investidor estrangeiro (art. 15.º);
- ii) O pagamento de uma indenização justa, pronta e efetiva no caso de expropriação ou requisição por razões ponderosas e justificadas (n.º 3, art. 16.º);
- iii) A proteção de direitos de propriedade intelectual e industrial;
- iv) A proteção de direitos adquiridos sobre a posse, uso e aproveitamento titulado da terra;
- v) A não interferência pública na gestão das empresas privadas, exceto nos casos expressamente previstos na lei;
- vi) O não cancelamento de licenças sem o respectivo processo judicial ou administrativo.

Desse forma, poder-se-ia argumentar que a necessidade de um APPI como forma de atração de investimento privado, como é defendido por parte da doutrina que fundamenta os pressupostos teóricos de tais Acordos, como foi exposto no início deste trabalho, é suprida ou compensada pela legislação interna angolana que, por si só, criaria um paradigma de proteção de investimentos – inclusive aos investidores brasileiros – *apesar* da inexistência de uma fonte formal a nível internacional de proteção. De certa forma, o alto grau de sofisticação da legislação interna angolana no que tange os investimentos privados poderia, em parte, explicar o já mencionado sucesso de Angola em atrair investimento estrangeiro direto. No mais, como pôde ser notado pelo ACFI entre Brasil e Angola, há uma importante alteração do paradigma de

---

<sup>64</sup> DIAMVUTU, Lino. “*A Protecção do Investimento estrangeiro em Angola através da arbitragem*”. Coimbra, 2011



proteção em direção ao paradigma de promoção, sem vinculações extremas que possam gerar ônus extremos, como a possibilidade de recurso à arbitragem investidor-Estado. Este trabalho não tem a intenção de dizer que a arbitragem investidor-Estado está necessariamente superada ou que, levando o argumento ao extremo, que está representa um paradigma que deva ser superado, muito embora estejamos cientes das críticas contemporâneas aos mecanismos de solução de controvérsias via arbitragem Investidor-Estado, a qual, segundo alguns renomados autores, “enfraquece o *rule of Law* uma vez que remove proteções procedimentais do sistema legal e utiliza um sistema de adjudicação com pouca *accountability* e mecanismos de limitada revisão”<sup>65</sup>. Em contrapartida, esse trabalho teve o intuito de contextualizar as críticas feitas ao sistema até então dominante, mostrando como novos paradigmas – aqui representado, especialmente, pelo ACFI entre o Brasil e Angola – têm surgido como forma de responder aos anseios dos entes privados e dos Estados-parte, especialmente os integrantes do Sul do Globo.

No que tange a proteção do investimento estrangeiro por via arbitral, resta claro que poder-se-ia argumentar que falta a Angola a ratificação de importantes convenções, em especial da Convenção de Nova York e da Convenção de Washington, o que torna questionável a efetividade das cláusulas que prevêm arbitragem institucionalizada nos Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos analisados. Não obstante, concordo com Lino Diamvutu quando este aduz que “Existe, sim, uma proteção dos investimentos estrangeiros em Angola através da arbitragem”. Diante de todo o exposto no decorrer deste trabalho, restou claro que o legislador angolano buscou garantir e priorizar a autonomia da vontade das partes no que tange a resolução de controvérsias através da arbitragem, *conquanto* esta seja realizada em Angola e com a aplicação da lei Angolana, sob pena de submissão a revisão por parte do Judiciário Angolano. Estes requisitos, no entanto, não são óbices à proteção do investimento privado, uma vez que, como já foi demonstrado, a lei angolana e o ACFI entre Brasil e Angola garantem ao investidor estrangeiro parâmetros de proteção altamente atrativos, sendo comparáveis aos tratados internacionais de proteção e promoção de investimentos já firmados por Angola e ao *Paradigma de investimentos*.

---

<sup>65</sup> RESNIK, Judith. REYNOSO, Cruz. SAROKIN, H. Lee. STIGLITZ, Joseph E. TRIBE, Laurence H. Carta pública datada de 30 de Abril de 2015 mostrando preocupação com a adoção de mecanismos de arbitragem investidor-Estado pelos Estados-membros do Trans-pacific Partnership (TPP).

Por fim, vale lembrar que, dentro do contexto de discussão acerca da necessidade de firmação de Acordos de Proteção e Promoção de Investimento pelo Brasil como exportador de investimento estrangeiro direto, especialmente para a África e, dentro desta, notadamente para os países com os quais o Brasil já se encontra em negociação, como o Marrocos, Argélia, Malawi, África do Sul e Tunísia, e com os quais o Brasil recentemente firmou ACFIs, como Angola e Moçambique<sup>66</sup>, este trabalho teve o objetivo de fornecer elementos concretos para a discussão corrente acerca da conveniência e oportunidade de tal instrumento legal pelo país tendo em vista, acima de tudo, os interesses dos investidores brasileiros. Qualquer que seja o seu escopo, é possível concluir que os novos acordos firmados – e que venham a ser firmados – pelo Brasil representam uma forma distinta de se pensar a proteção e a promoção do investimento privado estrangeiro do que vinha se pensado até então. Pela relevância – especialmente política e econômica – das relações abarcadas por estes novos documentos legais, é possível dizer – ou ao menos inferir – que há um novo paradigma concorrente nas relações de investimento, surgido especialmente para suprir as lacunas e anseios dos investimentos realizados em âmbito Sul-Sul.

---

<sup>66</sup> JONATHAN C., Hamilton e GRANDO, Michelle. *What are the new Brazil investment agreements and what do they portend for Brazilian investment promotion and protection, and for the future of investment treaties generally?*. 2015. Disponível em: <http://www.latinarbitrationlaw.com/brazil-and-the-future-of-investment-protections/>. Acessado em 24 de julho de 2015.

## 6. Referências Bibliográficas

CEPIK, Marco; JORNADA, Helena. Angola: Segurança, Economia e Relações Bilaterais com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo (Org.). *“Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil: Ásia, África e Europa”*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

Cooter, Robert. *“Innovation, information, and the Poverty of Nations”*. 2005.

DIAMVUTU, Lino. *“A Protecção do Investimento estrangeiro em Angola através da arbitragem”*. Coimbra, 2011

ECHANDI, Roberto. *“Complementing Investor-state dispute resolution: a conceptual Framework for investor-state conflict management”*. 2013

GAILLARD, Emmanuel, *“L’Arbitrage sur le fondement des Traités de Protection des Investissements”*, Revue de l’Arbitrage, 2003

GOUVEIA, Mariana França, *“O Reconhecimento de Sentenças Arbitrais Estrangeiras nos Países Lusófonos”*, in III Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Intervenções, Almedina, 2010.

HALLWARD-DRIEMEIER, Mary. *“Do Bilateral Investment Treaties Attract FDI? Only a bit...and they could bite”*. 2003.

JONATHAN C., Hamilton e GRANDO, Michelle. *“What are the new Brazil investment agreements and what do they portend for Brazilian investment promotion and protection, and for the future of investment treaties generally?”*. 2015.

Kahn, Mushtaq *“Governance and development: The perspective of Growth-enhancing Governance.”*. Em: Diversity and Complementarity in Development aid: East Asian Lessons for African Growth. Tokyo: GRIPS Development Fórum/ National Graduate Institute for Policy studies, 2008

Krueger, Anne. *“Government Failures in Development”*, NBER Papers, 1990

LOWENFELD, Andreas F. *“Principles of International Economic Law”*. Oxford Press. 2008.

NITSCHKE, Frauke; Ait-El-Hadj; *“Determining the Place of arbitration in ICSID Additional Facility Proceedings”*. 2014.

PENHA, Eli Alves. *“Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul.”* Salvador: EDUFBA, 2011.

RIBEIRO, Cláudio O. *“A política africana do governo Lula (2003 – 2006).”* Tempo Social, v.21, n.2. 2009.

Rodrik, Dani, Arvind Subramanian e Francesco Trebbi (2002). *“Institutions Rule: The Primacy of Institutions over Geography and Integration in Economic Development”*. NBER Working Paper No. 9305.

Rodrik, Dani. *“Industrial Policy for the twenty first Century”*. KSG paper, 2004

SCANDIUCCI FILHO, José Gilberto. *“O Brasil e os Acordos Bilaterais de Investimentos”*.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. *parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Fino Traço Editora, Belo Horizonte, 2011.

SORNARAJAH, M. *“The International Law on Foreign Investment”*. Terceira Edição. Cambridge Press. 2007.

TAVELA LUÍS, Daniel. *“Proteção do investimento estrangeiro: o sistema internacional do Centro de Resolução de disputas de Investimento (CIRDI) e suas alternativas.”*. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

Vilas-Bôas, J. *“Os Investimentos Brasileiros na África no Governo Lula: um mapa.”* In: *Meridiano 47*, Vol. 12, No. 128, nov-dez, 2011

UNCTAD. *World Investment Report 2014*.

## 7. APÊNDICE

<u>Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos</u>	<u>Definição de Investidor e investimento</u>
<u>APPI com Portugal - 1997</u>	<p>Para efeitos do presente Acordo:</p> <p>1 — O termo «investimentos» compreenderá toda a espécie de bens e direitos investidos por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, incluindo, em particular mas não exclusivamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Propriedade de móveis e imóveis, bem como quaisquer outros direitos reais, tais como hipotecas e penhores;</li> <li>b) Acções, quotas ou outras partes sociais que representem o capital de sociedades ou quaisquer outras formas de participação e ou interesses económicos resultantes da respectiva actividade;</li> <li>c) Direitos de crédito ou quaisquer outros direitos com valor económico;</li> <li>d) Direitos de propriedade intelectual, tais como direitos de autor, patentes, desenhos industriais, marcas, denominações comerciais, segredos comerciais e industriais, processos técnicos, <i>know-how</i> e clientela (aviamento);</li> <li>e) Concessões conferidas por lei, contrato ou acto administrativo de uma autoridade pública competente, incluindo concessões para prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais;</li> <li>f) Bens que, no âmbito de um contrato de locação, sejam colocados à disposição de um locador no território de uma Parte Contratante em conformidade com as suas leis e regulamentos.</li> </ul> <p>Qualquer alteração na forma de realização dos investimentos não afectará a sua qualificação como investimentos desde que essa alteração seja feita de acordo com as leis e regulamentos da Parte Contratante no território da qual os investimentos tenham sido realizados.</p> <p>2 — O termo «rendimentos» designará as quantias geradas por investimentos num determinado período, incluindo, em particular mas não exclusivamente, lucros, dividendos, juros, <i>royalties</i> ou outros rendimentos relacionados com investimento, incluindo pagamentos por conta de assistência técnica ou de gestão.</p> <p>No caso de os rendimentos de investimentos na definição que acima lhes é dada vierem a ser reinvestidos, os rendimentos resultantes desse reinvestimento serão havidos também como rendimentos do investimento inicial.</p> <p>3 — O termo «investidores» designa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Pessoas singulares, com a nacionalidade de qualquer</li> </ul>

	<p>das Partes Contratantes, de acordo com a respectiva lei; e</p> <p>b) Pessoas colectivas, incluindo empresas, sociedades comerciais ou outras sociedades ou associações, que tenham sede no território de uma das Partes Contratantes, estejam constituídas e funcionem de acordo com a lei dessa Parte Contratante.</p> <p><b>Aplicação do Acordo</b></p> <p>O presente Acordo aplicar-se-á igualmente aos investimentos realizados antes da sua entrada em vigor, por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos mas não se aplica aos diferendos surgidos antes da sua entrada em vigor.</p>
<p><b><u>APPI com o Reino Unido - 2000</u></b></p>	<p>For the purposes of this Agreement:</p> <p>(a) "investment" means every kind of asset and in particular, though not exclusively, includes:</p> <p>(i) movable and immovable property and any other property rights such as mortgages, liens or pledges;</p> <p>(ii) shares in and stock and debentures of a company and any other form of participation in a company;</p> <p>(iii) claims to money or to any performance under contract having a financial value;</p> <p>(iv) intellectual property rights, goodwill, technical processes and know-how;</p> <p>(v) business concessions conferred by law or under contract, including concessions to search for, cultivate, extract or exploit natural resources.</p> <p>A change in the form in which assets are invested does not affect their character as investments and the term "investment" includes all investments, whether made before or after the date of entry into force of this Agreement;</p> <p>(b) "returns" means the amounts yielded by an investment and in particular, though not exclusively, includes profit, interest, capital gains, dividends, royalties and fees;</p> <p>(c) "nationals" means:</p> <p>(i) in respect of the United Kingdom: physical persons deriving their status as United Kingdom nationals from the law in force in the United Kingdom;</p> <p>(ii) in respect of the Republic of Angola: physical persons deriving their status as nationals of the Republic of Angola from the law in force in Angola;</p> <p>(d) "companies" means:</p> <p>(i) in respect of the United Kingdom: corporations, firms and associations incorporated, or constituted under the law in force in any part of the United Kingdom or in any territory to which this Agreement is extended in accordance with the provisions of Article 12;</p> <p>(ii) in respect of the Republic of Angola: corporations, firms and associations incorporated or constituted under the law in force in any part of Angola;</p> <p>(e)</p>
	<p>O termo “investidor” designa</p> <p>a) no que respeita à República Federal da Alemanha:</p>

<p><b><u>APPI com a Alemanha - 2003</u></b></p>	<p>– Alemães tais como se encontram definidos na Lei Fundamental da República Federal da Alemanha,</p> <p>– toda a pessoa jurídica, bem como qualquer sociedade comercial ou outra sociedade ou associação, com ou sem personalidade jurídica, que tenha a sua sede no território da República Federal da Alemanha, independentemente do facto de a sua actividade ter fins lucrativos ou não;</p> <p>b) no que respeita à República de Angola:</p> <p>– qualquer pessoa física que tenha a nacionalidade angolana de acordo com a legislação da República de Angola e que efectue um investimento no território da República Federal da Alemanha;</p> <p>– qualquer pessoa jurídica constituída em conformidade com a legislação da República de Angola e que efectue um investimento no território da República Federal da Alemanha.</p> <p>O termo “investimentos” compreende bens de toda a natureza, investidos por um investidor de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante de acordo com as leis e demais disposições legais da Parte Contratante em cujo território o investimento for feito, incluindo em particular, mas não exclusivamente:</p> <p>a) propriedade de bens móveis e imóveis, bem como outros direitos reais, tais como hipotecas e penhores; b) quotas em sociedades e outros tipos de participação em sociedades;</p> <p>c) direitos a dinheiro que foi aplicado para gerar valor económico ou direitos a prestações com valor económico;</p> <p>d) direitos de propriedade intelectual, tais como direitos de autor, patentes, modelos registados, desenhos e modelos industriais, marcas, nomes comerciais registados, segredos industriais e comerciais, processos tecnológicos, know-how e goodwill;</p> <p>e) concessões de direito público, incluindo concessões de pesquisa, exploração e extracção.</p> <p>A alteração da forma pela qual os bens tiverem sido investidos não afectará a sua qualidade de investimento.</p> <p>3. O termo “rendimentos” designa as quantias geradas por um investimento, tais como quotas-partes de lucros, dividendos, juros, royalties ou outras formas de remuneração.</p> <p>4. O termo “território” designa o território de cada Parte Contratante, compreendendo a zona económica exclusiva e a plataforma continental sobre a qual a Parte Contratante em questão possa, de acordo com o Direito Internacional, exercer direitos soberanos ou jurisdição.</p>
	<p><b>Âmbito de aplicação</b></p>

1. O presente acordo aplica-se aos investimentos que os investidores de uma das Partes realizem no território da outra Parte em conformidade com as suas respectivas leis e regulamentos, realizados depois da sua entrada em vigor.
2. Os investimentos realizados ou autorizados antes da entrada em vigor do presente Acordo rege-se pelas disposições da legislação e pelos termos dos contratos específicos ao abrigo dos quais a autorização tenha sido concedida.

### **Definições**

Para os efeitos do presente Acordo:

1. Investidor – designa qualquer pessoa singular ou coletiva de uma parte que invista no Território da outra Parte, em conformidade com as leis e regulamentos dessa ultima parte, sendo que:
  - a) pessoa singular
    - i) a respeito da republica de Angola – designa pessoa natural que seja nacional angolano nos termos do respectivo direito vigente
    - ii) a respeito da Republica de Cuba – designa pessoa natural que seja cidadão cubano em conformidade com as suas leis e resida de maneira permanente no território nacional.
  - b) pessoa coletiva – designa qualquer ente detentor de personalidade jurídica constituída ou organizada nos termos das leis de Uma Parte, que tenha ou não fins lucrativos, seja propriedade privada ou estatal, seja propriedade ou esteja sobre o controle efetivo de investidores dessa Parte e que realize actividades substantivas de negócios no território da dita Parte, incluindo associações, fundações, corporações e sociedades comerciais.
2. Investimento – designa todos os ativos investidos pelos investidores de uma Parte no território da outra Parte em conformidade com as leis e regulamentos da Parte em cujo território foi feito tal investimento, incluindo, em particular, embora não exclusivamente:
  - a) propriedade de bens moveis e imóveis, bem como outros direitos reais tais como hipoteca, penhor usufruto e direitos similares
  - b) títulos, ações, quotas ou partes sociais ou outras formas de participação em sociedades e/ou interesses econômicos resultantes da respectiva atividade;
  - c) direitos de credito ou qualquer outro direito com valor econômico;
  - d) Direitos de propriedade intelectual, incluindo os direitos de autor, direitos de reprodução, patentes, marcas registradas, nomes comerciais, desenhos



	<p>industriais, processos técnicos, segredos comerciais, know-how e clientela</p> <p>e) Concessões com valor econômico, conferidas por lei, por contrato ou ato administrativo de uma autoridade pública competente, incluindo concessões para prospecção, cultivo, extração ou exploração de recursos naturais;\</p> <p>f) Bens que, no âmbito e em conformidade com o direito aplicável e respectivos contratos de locação, sejam colocados a disposição de um locador no território da outra parte.</p> <p>No caso da Republica de Cuba, a expressão – segundo as leis e regulamentos da Parte em cujo território foi realizado tal investimento – deve ser interpretada como qualquer tipo de ativo investido, o qual para que seja considerado como investimento protegido pelo próprio acordo, deve estar em conformidade com quaisquer modalidades de investimento estrangeiro, assim definidas deste modo pela legislação interna específica, aprovada pelo órgão ou autoridade competente do Governo da republica de Cuba e inscrita como tal no registro correspondente para as diferentes modalidades de investimento estrangeiro.</p> <p>O termo investimento também é aplicável aos benefícios retidos com o objetivo de reinvesti-los.</p> <p>Qualquer alteração na forma de realização do investimento não afeta a sua qualificação como investimento, desde que tal alteração seja feita de acordo com as leis e regulamentos do território da Parte no qual os investimentos são feitos.</p>
<p><b><u>APPI com a Rússia - 2009</u></b></p>	<p>Para os efeitos do presente acordo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Investidor – em relação a cada uma das Partes Contratantes, significa: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) pessoa física que tenha a nacionalidade de uma parte contratante em conformidade com a sua legislação e realize investimentos no território da outra parte contratante;</li> <li>b) Pessoa jurídica constituída no território de uma Parte Contratante em conformidade com a legislação da Parte Contratante e realize investimentos no território da outra parte contratante.</li> </ol> </li> <li>2. Investimento – Significa todo o ativo investido pelos investidores de uma parte Contratante em conformidade com a legislação da Parte Contratante em cujo território tais investimentos se realizem e, em particular, embora não exclusivamente, inclui: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) bens moveis e imóveis, e direitos reais, tais como propriedade, hipoteca, penhor, usufruto e outros</li> </ol> </li> </ol>

	<p>direitos similares</p> <p>b) títulos, ações, depósitos, quotas ou parte social ou outras partes de participação no capital de empresa;</p> <p>c) Direitos de crédito ou quaisquer outros direitos com valor econômico e ligados a investimentos;</p> <p>d) Direitos de propriedade intelectual, incluindo os direitos de reprodução, patentes, marcas registradas, nomes comerciais, propriedade industrial, tecnologia, informação de valor comercial, know-how;</p> <p>e) Clientela;</p> <p>f) Concessões de negócios com valor econômico, conferidas na base da legislação, contrato ou autorização, passada por entidade competente da respectiva Parte Contratante em conformidade com a legislação, em particular, incluindo concessões para prospecção, cultivo, extração ou exploração de recursos naturais;</p> <p>g) Qualquer alteração na forma de realização do investimento não afeta a sua qualificação como investimento, desde que tal alteração seja feita de acordo com a legislação e regulamentos da Parte contratante no território no qual os investimentos são feitos.</p> <p><b>Âmbito de aplicação</b></p> <p>O presente Acordo aplica-se aos investimentos dos investidores de cada uma das Partes Contratantes realizados no território da outra Parte Contratante depois da sua entrada em vigor.</p>
--	--

<b><u>Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos</u></b>	<b><u>Standards de proteção do investimento – aplicação dos princípios de Nação mais favorecida, Tratamento Nacional e Tratamento justo e equitativo</u></b>
<b><u>APPI com Portugal – 1997</u></b>	<p><b>Promoção e protecção dos investimentos</b></p> <p>1 — Ambas as Partes Contratantes promoverão e encorajarão, na medida do possível, a realização de investimentos por investidores da outra Parte Contratante no seu território, admitindo tais investimentos de acordo com as respectivas leis e regulamentos. Em qualquer caso, concederão aos investimentos tratamento justo e equitativo.</p> <p>2 — Os investimentos realizados por investidores de qualquer das Partes Contratantes gozarão de plena protecção e segurança no território da outra Parte Contratante.</p> <p>3 — Nenhuma Parte Contratante sujeitará a gestão,</p>

	<p>manutenção, uso, fruição ou disposição dos investimentos realizados no seu território por investidores de outra Parte Contratante a medidas injustificadas, arbitrárias ou de carácter discriminatório.</p> <p><b>Tratamento nacional e da nação mais favorecida</b></p> <p>1 — Os investimentos realizados por investidores de qualquer Parte Contratante no território da outra Parte Contratante, bem como os respectivos rendimentos, serão objecto de tratamento justo e equitativo e não menos favorável do que o concedido pela última Parte Contratante aos seus próprios investidores ou a investidores de terceiros Estados.</p> <p>2 — Ambas as Partes Contratantes concederão aos investidores da outra Parte Contratante, no que respeita à gestão, manutenção, uso, fruição ou disposição dos investimentos realizados no seu território, um tratamento justo e equitativo e não menos favorável do que o concedido aos seus próprios investidores ou a investidores de terceiros Estados.</p> <p>3 — As disposições legais deste Acordo não implicam a concessão de tratamento de preferência ou privilégio por uma das Partes Contratantes a investidores da outra Parte Contratante que possa ser outorgado em virtude de:</p> <p>(5) Participação em zonas de comércio livre, uniões aduaneiras, mercados comuns existentes ou a criar e em outros acordos internacionais semelhantes, incluindo outras formas de cooperação económica, a que qualquer das Partes Contratantes tenha aderido ou venha a aderir; e</p> <p>b) Acordos internacionais de natureza fiscal.</p>
<p><u><b>APPI com o Reino Unido – 2000</b></u></p>	<p><b>Promotion and Protection of Investment</b></p> <p>(1) Each Contracting Party shall encourage and create favourable conditions for national or companies of the other Contracting Party to invest capital in its territory, and, subject to its right to exercise powers conferred by its laws, shall admit such capital.</p> <p>(2) Investments of nationals or companies of each Contracting Party shall at all times be accorded fair and equitable treatment and shall enjoy full protection and security in the territory of the other Contracting Party. Neither Contracting Party shall in any way impair by unreasonable or discriminatory measures the management, maintenance, use, enjoyment or disposal of investments in its territory of nationals or companies of the other Contracting Party. Each Contracting Party shall observe any obligation it may have entered into with regard to investments of nationals or companies of the other Contracting Party.</p> <p><b>National Treatment and Most-favoured-nation Provisions</b></p> <p>(5) Neither Contracting Party shall in its territory subject investments or returns of nationals or companies of the other Contracting Party to treatment less favourable than that which it accords to investments or returns of its own nationals or companies or to investments or returns of nationals or companies of any third State.</p> <p>(2) Neither Contracting Party shall in its territory subject nationals</p>

	<p>or companies of the other Contracting Party, as regards their management, maintenance, use, enjoyment or disposal of their investments, to treatment less favourable than that which it accords to its own nationals or companies or to nationals or companies of any third State.</p> <p>(3) For avoidance of doubt it is confirmed that the treatment provided for in paragraphs (1) and (2) above shall apply to the provisions of Article 1 to 11 of this Agreement.</p> <p><b>Exceptions</b></p> <p>The provisions of this Agreement relative to the grant of treatment not less favourable than that accorded to the nationals or companies of either Contracting Party or of any third State shall not be construed so as to oblige one Contracting Party to extend to the nationals or companies of the other the benefit of any treatment, preference or privilege resulting from:</p> <p>(a) any existing or future customs union or similar international agreement to which either of the Contracting Parties is or may become a party; or</p> <p>(b) any international agreement or arrangement relating wholly or mainly to taxation or any domestic legislation relating wholly or mainly to taxation.</p>
<p><b><u>APPI com a Alemanha</u></b> <b><u>– 2003</u></b></p>	<p><b>Promoção e Protecção de Investimentos</b></p> <p>(5) Cada uma das Partes Contratantes promoverá, na medida do possível, a realização de investimentos de investidores da outra Parte Contratante no seu território, autorizando tais investimentos de acordo com as respectivas disposições legais vigentes.</p> <p>(2) Os investimentos realizados por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante gozarão, em todos os casos, de um tratamento justo e equitativo.</p> <p>(3) Nenhuma das Partes Contratantes dificultará de forma alguma a gestão, a manutenção, o uso, o aproveitamento ou a disposição dos investimentos de investidores da outra Parte Contratante, no seu território, através de medidas arbitrárias ou discriminatórias.</p> <p>(4) No âmbito das disposições legais internas, ambas as Partes Contratantes examinarão favoravelmente os requerimentos de entrada e permanência de pessoas de uma das Partes Contratantes que desejarem entrar no território da outra Parte Contratante em conexão com um investimento; o mesmo valerá para os assalariados de uma das Partes Contratantes que quiserem entrar e permanecer no território da outra Parte Contratante em conexão com um investimento para exercerem uma actividade remunerada. Os requerimentos de autorização de trabalho serão de igual forma examinados favoravelmente.</p> <p>(5) Com referência aos transportes de bens e pessoas, decorrentes dum investimento, nenhuma das Partes Contratantes excluirá ou dificultará a utilização de empresas de transporte da outra Parte Contratante, outorgando, quando necessário, as autorizações para a realização dos transportes.</p> <p><b>Tratamento Nacional e</b> <b>Tratamento de Nação mais Favorecida</b></p> <p>(5) Nenhuma das Partes Contratantes dará aos investimentos</p>

	<p>dos investidores da outra Parte Contratante um tratamento menos favorável do que o concedido aos investimentos dos seus próprios investidores ou dos investidores de terceiros Estados.</p> <p>(2) No que diz respeito à gestão, manutenção, uso, aproveitamento ou disposição dos investimentos realizados, nenhuma das Partes Contratantes dará aos investidores da Proteção<sup>61</sup> e outra Parte Contratante um tratamento menos favorável do que o concedido aos seus próprios investidores ou aos investidores de terceiros Estados.</p> <p>(3) As disposições constantes dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo não obrigam nenhuma Parte Contratante a conceder aos investidores da outra Parte Contratante benefícios em razão</p> <p>(5) da sua adesão ou associação a alguma união aduaneira ou económica, Protecção comum, zona de livre comércio ou acordo internacional de cooperação económica similar,</p> <p>b) de um acordo para evitar a dupla tributação ou de outros acordos internacionais de natureza fiscal.</p> <p>(4) Como tratamento “menos favorável” nos termos deste Artigo Prot considerado, especialmente, o tratamento diferenciado em caso de limitações à aquisição de matérias- primas e auxiliares, energia e combustíveis, bem como de meios de produção e exploração de todo o tipo, o tratamento diferenciado em caso de impedimento à venda de produtos dentro do país e no estrangeiro e ainda outras medidas com efeitos semelhantes. Não serão consideradas como tratamento “menos favorável” nos termos deste Artigo as medidas tomadas por razões de segurança ou ordem pública, de saúde pública ou de ordem moral.</p> <p>(5) As disposições deste Artigo não obrigam nenhuma das Partes Contratantes a estender a investidores residentes no território da outra Parte Contratante as vantagens, isenções e Protecção fiscais que, Protecção a legislação fiscal, somente são concedidas a investidores residentes no seu território.</p>
<p><b><u>APPI com Cuba – 2009</u></b></p>	<p><b>Promoção e admissão de investimentos</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cada Parte incentiva e cria condições favoráveis a fim de que os investidores da outra Parte realizem investimentos no seu território e permite tais investimentos de acordo com as suas leis e regulamentos.</li> <li>2. Cada Parte analisa favoravelmente, de acordo com as suas leis e regulamentos, as questões relativas à entrada e permanência no seu território, de nacionais da outra Parte a trabalhar em conexão com o investimento, assim como das respectivas famílias</li> <li>3. Cabe a uma das partes determinar, de acordo com a sua legislação interna, as áreas económicas de reserva onde as actividades dos investidores são excluídas ou restringidas.</li> <li>4. A determinação referida no numero anterior desde que se aplique aos investimentos já realizados, é feita sem prejuízo ao previsto no artigo 7 do presente Acordo.</li> </ol> <p><b>Tratamento dos investimentos</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os investimentos realizados por investidores de cada</li> </ol>

	<p>uma das Partes são objeto de tratamento justo e equitativo e gozam de plena proteção e segurança no território da outra parte. Nenhuma das Partes submete a medidas arbitrárias ou discriminatórias, a gestão, manutenção, uso, gozo, ou disposição de investimentos realizados no seu território por investidores da outra Parte.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. Cada Parte no seu território concede aos investimentos e rendimentos da outra parte tratamento não menos favorável do que concede em condições semelhantes aos investimentos e rendimentos dos seus investidores ou dos investidores de terceiros Estados.</li> <li>3. Cada Parte no seu território concede aos investidores da outra Parte no que diz respeito à gestão, manutenção, uso, gozo ou disposição dos seus investimentos tratamento não menos favorável ao concedido, em condições semelhantes, aos seus investidores ou investidores de terceiros Estados.</li> </ol>
<p><b><u>APPI com a Rússia – 2009</u></b></p>	<p><b>Proteção e promoção de investimentos</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cada Parte Contratante deve encorajar e criar condições favoráveis para os investidores da outra Parte Contratante fazerem investimentos no seu território e permitir tais investimentos de acordo com a sua legislação</li> <li>2. Aos investimentos realizados pelos investidores de cada parte contratante gozam de inteira proteção e segurança no território de cada Parte Contratante de acordo com a sua legislação.</li> <li>3. Nenhuma das Partes Contratantes deve, no seu território, prejudicar por medidas arbitrárias ou discriminatórias o uso, o gozo, ou disposição de investimentos dos investidores da outra Parte contratante</li> <li>4. De acordo com a sua legislação, cada uma das Partes Contratantes deve considerar favoravelmente solicitações de entrada e livre circulação no seu território de cidadãos da outra Parte Contratante que realizam actividades laborais ligadas a investimentos, bem como os membros e sua família.</li> </ol> <p><b>Tratamento dos investimentos</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os investimentos dos investidores de cada uma das Partes Contratantes é concedido sempre um regime justo e equitativo no território da outra Parte Contratante.</li> <li>2. Cada uma das partes contratantes, no seu território, concede aos investimentos dos investidores da outra Parte contratante, um regime não menos favorável do que o concedido aos investimentos dos seus próprios investidores ou dos investidores de qualquer terceiro estado.</li> <li>3. Os investimentos de investidores de cada parte</li> </ol>

	<p>contratante relacionados com o tratamento não menos favorável do que o que da aos seus investidores ou investidores de qualquer terceiro Estado não devem ser interpretadas de modo a que obriguem uma Parte Contratante a estender aos investidores de outra Parte contratante o benefício de qualquer tratamento, preferência, ou privilegio que a primeira parte contratante concede ou concedera no futuro:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) em relação a participação numa união aduaneira, econômica ou monetária, um mercado comum, uma zona de livre comércio ou acordo internacional similar</li> <li>b) na base de um acordo sobre a não tributação dupla ou outros ajustes relacionados a impostos;</li> <li>c) na base dos acordos entre a Federação Russa e os Estados que anteriormente formaram a ex- união das Repúblicas socialistas soviéticas.</li> </ul> <p>4. Se as normas previstas na legislação de uma Parte contratante ou nos acordos internacionais assinados por ambas as Partes contratantes forem mais favoráveis do que as disposições do presente Acordo, prevalecem as normas mais favoráveis no que diz respeito aos interesses dos investidores.</p> <p>5. Cada Parte contratante reserva-se ao direito de determinar, na base da sua legislação, as áreas econômicas de reserva onde as atividades dos investidores são excluídas ou restringidas</p> <p>6. Sem prejuízo das disposições dos artigos 6, 7 e 11 do presente Acordo, as Partes Contratantes não são obrigadas a conceder um regime mais favorável do que o regime que elas concedem em conformidade com os compromissos assumidos dentro do Acordo sobre a instituição da OMC, inclusive os compromissos dentro do GATS, assim como de qualquer outro acordo multilateral que possa ser concluído com a participação das duas partes contratantes e que trate do regime de investimentos.</p>

<b><u>Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos</u></b>	<b>Compensação por perdas e expropriação</b>
	<b>Expropriação</b> 1 — Os investimentos efectuados por investidores de

<p><b><u>APPI com Portugal – 1997</u></b></p>	<p>uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante não poderão ser expropriados, nacionalizados ou sujeitos a outras medidas com efeitos equivalentes à expropriação ou nacionalização, adiante designadas como expropriação, excepto por força da lei, no interesse público, sem carácter discriminatório e mediante pronta indemnização.</p> <p>2 — A indemnização deverá corresponder ao valor de mercado que os investimentos expropriados tinham à data imediatamente anterior ao momento em que a expropriação tenha sido do conhecimento público. A indemnização deverá ser paga sem demora, vencerá juros à taxa comercial usual até à data da sua liquidação e deverá ser pronta, efectiva, adequada e livremente transferível. O montante da indemnização devida deve ser determinada de acordo com as regras e práticas comuns do direito internacional, com recurso à arbitragem se necessário. Deverão ser tomadas providências adequadas quanto à fixação do montante e à forma de pagamento da indemnização, o mais tardar no momento da expropriação.</p> <p>3 — O investidor cujos investimentos tenham sido expropriados terá o direito, de acordo com a lei da Parte Contratante no território da qual os bens tiverem sido expropriados, à revisão do seu caso, em processo judicial ou outro e à avaliação dos seus investimentos de acordo com os princípios definidos neste artigo.</p> <p>Artigo 5.o</p> <p><b>Compensação por perdas</b></p> <p>Os investidores de uma das Partes Contratantes que venham a sofrer perdas de investimentos no território da outra Parte Contratante em virtude de guerra ou outros conflitos armados, revolução, estado de emergência nacional e outros eventos considerados equivalentes pelo direito internacional não receberão dessa Parte Contratante tratamento menos favorável do que o concedido aos seus próprios investidores ou a investidores de terceiros Estados, consoante o que for mais favorável, no que diz respeito à restituição, indemnizações ou a outras medidas pertinentes. As compensações daí resultantes deverão ser transferíveis livremente e sem demora, em moeda convertível.</p>
<p><b><u>APPI com o Reino Unido – 2000</u></b></p>	<p><b>Compensation for Losses</b></p> <p>(1) Nationals or companies of one Contracting Party whose investments in the territory of the other Contracting Party suffer losses owing to war or other armed conflict, revolution, a state of national emergency, revolt, insurrection or riot in the territory of the latter Contracting Party shall be accorded by the latter Contracting Party treatment, as regards restitution, indemnification, compensation or other settlement, no less favourable than that which the latter Contracting Party accords to its own nationals or companies or to nationals or companies of any third State. Resulting payments shall be freely transferable.</p> <p>(2) Without prejudice to paragraph (1) of this Article, nationals or companies of one Contracting Party who in any of the situations</p>



	<p>referred to in that paragraph suffer losses in the territory of the other Contracting Party resulting from:</p> <p>(a) requisitioning of their property by its forces of authorities, or</p> <p>(b) destruction of their property by its forces or authorities, which was not caused in combat action or was not required by the necessity of the situation,</p> <p>shall be accorded restitution or adequate compensation. Resulting payments shall be freely transferable.</p> <p><b>Expropriation</b></p> <p>(1) Investments of nationals or companies of either Contracting Party shall not be nationalised, expropriated or subjected to measures having effect equivalent to nationalisation or expropriation (hereinafter referred to as "expropriation") in the territory of the other Contracting Party except for a public purpose related to the internal needs of that Party on a non-discriminatory basis and against prompt, adequate and compensation. Such compensation shall amount to the genuine value of the investment expropriated immediately before the expropriation or before the impending expropriation became public knowledge, whichever is the earlier, shall include interest at a normal commercial rate until the date of payment, shall be made without delay, be effectively realizable and be freely transferable. The national or company affected shall have a right, under the law of the Contracting Party making the expropriation, to prompt review, by a judicial or other independent authority of that Party, of his or its case and of the valuation of his or its investment in accordance with the principles set out in this paragraph.</p> <p>(2) Where a Contracting Party expropriates the assets of a company which is incorporated or constituted under the law in force in any part of its own territory, and in which nationals or companies of the other Contracting Party own shares, it shall ensure that the provisions of paragraph (1) of this Article are applied to the extent necessary to guarantee prompt, adequate and effective compensation in respect of their investment to such nationals or companies of the other Contracting Party who are owners of those shares.</p>
<p><b><u>APPI com a Alemanha – 2003</u></b></p>	<p><b>Expropriação e Indemnização</b></p> <p>(1) Os investimentos de investidores de uma das Partes Contratantes e os rendimentos daí resultantes gozarão no território da outra Parte Contratante de plena protecção e de plena segurança.</p> <p>(2) Os investimentos de investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante não poderão ser directa ou indirectamente expropriados, nacionalizados ou sujeitos a outras medidas com efeitos equivalentes à expropriação ou nacionalização, senão por motivos de utilidade pública e mediante indemnização.</p> <p>A indemnização deverá corresponder ao valor que o investimento expropriado tinha imediatamente antes da data de conhecimento público da expropriação, nacionalização ou tomada de qualquer outra medida com efeitos equivalentes, consumada ou iminente. A indemnização deverá ser paga sem demora e</p>

	<p>vencerá juros à taxa bancária usual, até à data da sua liquidação. A indemnização deverá ser efectivamente realizável e livremente transferível. Deverão ser tomadas as providências adequadas quanto à fixação do valor da indemnização e do seu pagamento, o mais tardar no momento da expropriação, nacionalização ou medida equivalente. O investidor terá o direito de fazer verificar, em conformidade com os princípios do Direito Internacional, a legalidade da expropriação, nacionalização ou medida equivalente e o montante da indemnização pelo tribunal competente da Parte Contratante no território da qual o investimento foi realizado.</p> <p>(3) Os investidores de uma das Partes Contratantes que venham a sofrer perdas de investimentos no território da outra Parte Contratante, em razão de guerra ou outros conflitos armados, revolução, estado de emergência nacional ou sublevação, não receberão dessa Parte Contratante um tratamento menos favorável em matéria de restituições, compensações, indemnizações ou demais retribuições do que o concedido aos seus próprios investidores. Tais pagamentos deverão ser livremente transferíveis.</p> <p>(4) Em relação às matérias reguladas no presente Artigo, os investidores de uma das Partes Contratantes gozarão no território da outra Parte Contratante do tratamento de nação mais favorecida.</p>
<p><b><u>APPI com Cuba – 2009</u></b></p>	<p><b>Compensação por perdas</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aos investidores de uma parte cujos investimentos sofram no território da outra parte perdas devido à guerra ou outro conflito armado, um estado de emergência nacional, revolta, insurreição, ou de outras situações consideradas similares pelo direito internacional, é concedida por esta Parte restituição, indenização, compensação ou outras formas de reparação, sem termos não menos favoráveis do que aqueles que esta parte dá aos seus próprios investidores ou investidores de terceiros Estados.</li> <li>2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1 do presente artigo, aos investidores de uma parte que, em qualquer das situações referidas nesse parágrafo, sofram perdas no território da outra Parte resultantes de requisição ou destruição dos seus investimentos pelas autoridades dessa última, que não tenham sido causadas em ação de combate ou não tenham sido requisitadas pela necessidade da situação, é concedida por essa parte restituição, indenização, compensação ou outras formas de reparação, em termos não menos favoráveis do que aqueles que esta Parte dá aos seus próprios investidores ou aos investidores de terceiros Estados.</li> </ol> <p><b>Expropriação</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os investimentos de investidores de uma parte não serão nacionalizados, expropriados ou de outro modo</li> </ol>

	<p>sujeitos a qualquer outra medida com efeito semelhante à nacionalização ou expropriação – daqui em diante designada como expropriação – no território da outra parte, exceto quando para fins de interesse público e contra uma pronta, adequada e efetiva compensação. A expropriação é efetuada numa base não discriminatória e de acordo com os procedimentos legais. Entende-se que as referidas medidas com efeito equivalente são as derivadas das disposições estabelecidas nos parágrafos 3 e 4 do presente acordo.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. Os investidores de uma parte cujos investimentos tenham sido expropriados têm direito, se houver discrepâncias, a pronta revisão do seu caso e que o valor dos seus investimentos seja reavaliado em processo judicial ou outro, realizado por uma autoridade judicial ou outra entidade independente da outra Parte, de acordo com os princípios definidos neste artigo e nos termos das leis e regulamentos do território no qual os investimentos tenham sido expropriados</li> <li>3. A compensação deve ter o justo valor do mercado dos investimentos expropriados, a data imediatamente anterior à expropriação ou a data em que esta se tornar de domínio público, contando para o efeito a primeira das datas e independentemente de qual tenha sido o valor anterior do investimento. Os critérios de valoração abrangem o valor dos ativos, incluindo o valor fiscal declarado da propriedade dos bens tangíveis, bem como outros critérios que sejam apropriados para determinar o justo valor de mercado. A compensação inclui juros de mora à taxa comercial em vigor no território da parte que realiza o pagamento, aplicável a partir da data da expropriação até a data do pagamento e deve ser efetivamente realizável. Tanto na expropriação quando a sua correspondente compensação é dado tratamento não menos favorável do que o que a Parte dá aos seus próprios investidores ou aos investidores de qualquer outro Estado.</li> <li>4. Se uma parte expropriar os ativos de uma sociedade incorporada ou constituída de acordo com as respectivas leis e regulamentos na qual os investidores da outra parte possuam ativos, obrigações ou outras formas de participação que sejam consideradas como investimentos em conformidade com as disposições do presente acordo, aplica-se, a respeito de tais ativos, obrigações ou outras formas de participação, as disposições do presente artigo.</li> </ol>
	<p><b><u>Compensação por perdas</u></b></p>

<p><b><u>APPI com a Rússia – 2009</u></b></p>	<p>Aos investidores de uma Parte Contratante, cujos investimentos sofram perdas devido à guerra ou outro conflito armado, um estado de emergência nacional, revolta, insurreição, ou outras situações similares, no território da outra parte contratante, é-lhe concedido por esta tratamento tal como a restituição, indenização, compensação ou outras formas de resolução, não menos favoráveis do que aquele que a ultima parte contratante conceda aos seus investidores ou a investidores de qualquer terceiro Estado.</p> <p><b>Expropriação</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os investimentos de investidores de uma parte contratante não são nacionalizados, expropriados ou de outro modo sujeitos a qualquer outra medida com efeito equivalente à nacionalização ou expropriação – daqui em diante designada como expropriação – no território da outra parte contratante, exceto para fins públicos, numa base não discriminatória e de acordo com a legislação desta parte contratante e contra compensação pronta, adequada e efetiva</li> <li>2. A compensação a qual se refere o ponto 1 do presente artigo deve ter o valor real do mercado dos investimentos expropriados a data em que a expropriação for de fato efetuada ou em que a expropriação torna-se de domínio público, em dependência daquilo que tiver lugar primeiro, e inclui taxas de juros comercial que se calcula de acordo com os preços de mercado, mas que não seja inferior a taxa LIBOR para os créditos em USD de 6 meses a partir da data da expropriação até a data do pagamento.</li> </ol>

<p><b><u>Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos</u></b></p>	<p><b><u>Mecanismos de resolução de conflitos</u></b></p>
<p><b><u>APPI com Portugal – 1997</u></b></p>	<p><b>Diferendos entre as Partes Contratantes</b></p> <p>1 — Os diferendos que surjam entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo serão, na medida do possível, resolvidos através de negociações, por via diplomática.</p> <p>2 — Se as Partes Contratantes não chegarem a acordo no prazo de seis meses após o início das negociações, o diferendo será submetido a um tribunal arbitral, a pedido de qualquer das Partes Contratantes.</p> <p>3 — O tribunal arbitral será constituído <i>ad hoc</i>, do seguinte modo: cada Parte Contratante designará um membro e ambos os membros proporão um nacional de um terceiro Estado como presidente, que será</p>

	<p>nomeado pelas duas Partes Contratantes. Os membros serão nomeados no prazo de dois meses e o presidente no prazo de três meses a contar da data em que uma das Partes Contratantes tiver comunicado à outra a intenção de submeter o diferendo a um tribunal arbitral.</p> <p>4 — Se os prazos fixados no n.º 3 deste artigo não forem observados, qualquer das Partes Contratantes poderá, na falta de qualquer outro acordo, solicitar ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça que proceda às necessárias nomeações. Se o Presidente estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao Vice-Presidente.</p> <p>5 — Se este também estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao membro do Tribunal que se siga na hierarquia, desde que esse membro não seja nacional de qualquer das Partes Contratantes.</p> <p>6 — O presidente do tribunal arbitral tem de ser nacional de um Estado com o qual ambas as Partes Contratantes mantenham relações diplomáticas.</p> <p>7 — O tribunal arbitral decidirá por maioria de votos. As suas decisões serão definitivas e obrigatórias para ambas as Partes Contratantes. A cada Parte Contratante caberá suportar as despesas do respectivo árbitro, bem como da respectiva representação no processo perante o tribunal arbitral. Ambas as Partes Contratantes suportarão em partes iguais as despesas do presidente, bem como as demais despesas. O tribunal arbitral poderá adoptar um regulamento diferente quanto às despesas. O tribunal arbitral definirá as suas próprias regras processuais.</p> <p><b>Diferendos entre a Parte Contratante e um investidor da outra Parte Contratante</b></p> <p>1 — Os diferendos emergentes entre um investidor de uma das Partes Contratantes e a outra Parte Contratante relacionados com um investimento do primeiro no território da segunda serão resolvidos de forma amigável através de negociações entre as partes em diferendo.</p> <p>2 — Se os diferendos não puderem ser resolvidos de acordo com o previsto com o disposto no n.º 1 deste artigo no prazo de seis meses contados da data em que uma das partes litigantes o tiver suscitado, o investidor poderá, a seu pedido, submeter o diferendo:</p> <p><i>a)</i> Aos tribunais competentes da Parte Contratante no território da qual se situa o investimento;</p> <p>ou</p> <p><i>b)</i> Ao Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos para a Conciliação ou Arbitragem, nos termos da Convenção para a Resolução de Diferendos entre Estados e Nacionais de outros Estados, celebrada em Washington D. C. em 18 de Março de 1965.</p> <p>3 — Uma vez submetido o diferendo a um dos procedimentos referidos no número anterior, a selecção será definitiva.</p>
--	---

	<p>4 — Nenhuma das Partes Contratantes poderá recorrer às vias diplomáticas para resolver qualquer questão relacionada com a arbitragem, salvo se o processo já estiver concluído e a Parte Contratante não tiver acatado nem cumprido a decisão.</p> <p>5 — A sentença será obrigatória para ambas as Partes e não será objecto de qualquer tipo de recurso para além do previsto na referida Convenção ou, na hipótese da alínea <i>a</i>) do presente artigo, na lei processual aplicável ao tribunal da Parte Contratante. A sentença será vinculativa de acordo com a lei interna da Parte Contratante no território da qual se situa o investimento em causa.</p>
<p><b><u>APPI com o Reino Unido – 2000</u></b></p>	<p><b>Settlement of Disputes between an Investor and a Host State</b></p> <p>(1) Disputes between a national or company of one Contracting Party and the other Contracting Party concerning an obligation of the latter under this Agreement in relations to an investment of the former which have not been amicably settled shall, after a period of three months from written notification of a claim, be submitted to international arbitration if the national or company concerned so wishes.</p> <p>(2) Where the dispute is referred to international arbitration, the national or company and the Contracting Party concerned in the dispute may agree to refer the dispute either to:</p> <p>(a) the International Centre for the Settlement of Investment Disputes (having regard to the provisions, where applicable, of the Convention on the Settlement of Investment Disputes between States and Nationals of other States, opened for signature at Washington DC on 18 March 1965 and the Additional Facility for the Administration or Conciliation, Arbitration and Fact-Finding Proceedings); or</p> <p>(b) the Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce; or</p> <p>(c) an international arbitrator or ad hoc arbitration tribunal to be appointed by a special agreement or established under the Arbitration Rules of the United Nations Commission on International Trade Law.</p> <p>If after a period of three months from written notification of the claim there is no agreement to one of the above alternative procedures, the dispute shall at the request in writing of the national or company concerned be submitted to arbitration under the Arbitration Rules of the United Nations Commission on International trade Law as then in force. The parties to the dispute may agree in writing to modify these Rules.</p> <p><b>Disputes between the Contracting Parties</b></p> <p>(1) Disputes between the Contracting Parties concerning the interpretation or application of this Agreement should, if possible, be settled through the diplomatic channel.</p> <p>(2) If a dispute between the Contracting Parties cannot thus be settled, it shall upon the request of either Contracting Party be submitted to an arbitral tribunal.</p> <p>(3) Such an arbitral tribunal shall be constituted for each individual case in the following way. Within two months of the receipt of the request for arbitration, each Contracting Party shall appoint one</p>

	<p>member of the tribunal. Those two members shall then select a national or a third State who on approval by the two Contracting Parties shall be appointed Chairman of the tribunal. The Chairman shall be appointed within two months from the date of appointment of the other two members.</p> <p>(4) If within the periods specified in paragraph (3) of this Article the necessary appointments have not been made, either Contracting Party may, in the absence of any other agreement, invite the President of the International Court of Justice to make any necessary appointments. If the President is a national of either Contracting Party or if he is otherwise prevented from discharging the said function, the Vice-President shall be invited to make the necessary appointments. If the Vice-President is a national of either Contracting Party or if he too is prevented from discharging the said function, the Member of the International Court of Justice next in seniority who is not a national of either Contracting Party shall be invited to make the necessary appointments.</p> <p>(5) The arbitral tribunal shall reach its decision by a majority of votes. Such decision shall be binding on both Contracting Parties. Each Contracting Party shall bear the cost of its own member of the tribunal and of its representation in the arbitral proceedings; the cost of the Chairman and the remaining costs shall be borne in equal parts by the Contracting Parties. The tribunal may, however, in its decision direct that a higher proportion of costs shall be borne by one of the two Contracting Parties, and this award shall be binding on both Contracting Parties. The tribunal shall determine its own procedure.</p>
<p><b><u>APPI com a Alemanha – 2003</u></b></p>	<p><b>Diferendos entre as Partes Contratantes</b></p> <p>(1) Os diferendos que surgirem entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo deverão ser dirimidos, na medida do possível, pelos Governos das duas Partes Contratantes.</p> <p>(2) Se no prazo de seis meses o diferendo não puder ser dirimido dessa maneira, será submetido a um tribunal arbitral a pedido de qualquer das Partes Contratantes.</p> <p>(3) O tribunal arbitral será constituído “ad hoc”, nomeando cada uma das Partes Contratantes um membro; de comum acordo, ambos os membros designarão um nacional dum terceiro Estado como presidente, que será nomeado pelos Governos das duas Partes Contratantes. Os membros deverão ser nomeados no prazo de dois meses e o presidente dentro de três meses a contar da data em que uma das Partes Contratantes tenha comunicado à outra que deseja submeter o diferendo a um tribunal arbitral.</p> <p>(4) Se os prazos fixados do parágrafo 3 não forem observados, cada uma das Partes Contratantes poderá, na falta de qualquer outro acordo, solicitar ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça que proceda às necessárias nomeações. Caso o Presidente tenha a nacionalidade de qualquer das Partes Contratantes ou esteja impedido por qualquer outro motivo, caberá ao Vice-presidente proceder às nomeações. Se o Vice-presidente possuir também a nacionalidade de uma das Partes Contratantes ou se estiver também impedido, as nomeações caberão ao membro do Tribunal que se siga na hierarquia e não</p>

	<p>possua a nacionalidade de qualquer das Partes Contratantes.</p> <p>(5) O presidente do tribunal arbitral terá de ser nacional de um Estado com o qual ambas as Partes Contratantes mantenham relações diplomáticas.</p> <p>(6) O tribunal arbitral decidirá por maioria de votos. As suas decisões serão definitivas e obrigatórias.</p> <p>(7) A cada uma das Partes Contratantes caberão as despesas do seu membro, bem como da sua representação no processo perante o tribunal arbitral; ambas as Partes Contratantes arcarão em partes iguais com as despesas do presidente, bem como com as demais despesas. O tribunal arbitral poderá adoptar disposições diferentes quanto às despesas. O tribunal arbitral definirá as suas próprias regras processuais.</p> <p><b>Diferendos</b></p> <p><b>entre uma Parte Contratante e o Investidor da outra Parte Contratante</b></p> <p>(1) Os diferendos surgidos entre um investidor de uma das Partes Contratantes e a outra Parte Contratante em relação a investimentos deverão, na medida do possível, ser dirimidos de forma amigável entre as partes litigantes.</p> <p>(2) Se um diferendo nos termos do parágrafo 1 não puder ser dirimido dentro dum prazo de seis meses, contados a partir da data em que uma das partes litigantes o tenha suscitado, o investidor poderá submeter o diferendo:</p> <p>a) aos tribunais competentes da Parte Contratante no território da qual se situa o investimento;</p> <p>b) a um tribunal arbitral “ad hoc”, a ser estabelecido em conformidade com as regras de arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial (CNUDCI);</p> <p>c) ao Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos nos termos da Convenção para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados, datado de 18 de Março de 1965 (ICSID), desde que ambas as Partes Contratantes sejam membros desta Convenção;</p> <p>d) ao Centro conforme as regras que orientam o “mecanismo adicional para a administração de processos pelo Secretariado do Centro”, contanto que pelo menos uma Parte Contratante seja membro da Convenção referida na alínea c.</p> <p>(3) No caso de um investidor da República Federal da Alemanha ter recorrido a um tribunal nacional da República de Angola, o diferendo só poderá ser submetido a um tribunal arbitral internacional, se o tribunal competente angolano não tiver tomado uma decisão sobre a substância do diferendo.</p> <p>(4) Um investidor da República de Angola que possua um investimento na República Federal da Alemanha poderá, antes ou depois de ser tomada uma decisão sobre a substância do diferendo por um tribunal alemão, recorrer a um tribunal arbitral internacional.</p> <p>(5) A Parte Contratante que seja parte do diferendo não poderá, durante o processo ou quando da execução da sentença arbitral, fazer valer o facto de o investidor ter recebido, em virtude de um contrato de seguro, uma indemnização por uma parte do dano ou pela sua totalidade.</p> <p>(6) Nenhuma das Partes Contratantes acordará protecção</p>
--	--



	<p>diplomática ou formulará reivindicação internacional com respeito a um diferendo que um dos seus investidores e a outra Parte Contratante resolveram submeter ou submeteram à arbitragem</p> <p>no quadro da Convenção mencionada no parágrafo 2 alínea c do presente Artigo, excepto se a outra Parte Contratante não observar a sentença arbitral proferida com respeito ao diferendo.</p> <p>(7) Démarches informais diplomáticas, tendentes apenas a facilitar a resolução do diferendo, não serão abrangidas pelo termo “protecção diplomática” nos termos do parágrafo 6 deste Artigo.</p> <p>(8) A sentença arbitral será vinculativa e não poderá ser objecto de outros recursos ou demais acções legais do que os previstos na Convenção referida no parágrafo 2 deste Artigo. Será executada em conformidade com o Direito nacional da Parte Contratante no território da qual se situa o investimento em causa.</p>
<b><u>APPI com Cuba – 2009</u></b>	<p><b><u>Resolução de controvérsias entre as partes</u></b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. a presente seção é aplicada a resolução de controvérsias entre as partes derivadas de interpretação ou aplicação das disposições do presente acordo.</li> <li>2. O incumprimento por uma parte de uma obrigação do capítulo II é dirimida exclusivamente conforme o previsto na segunda seção do presente capítulo</li> <li>3. As Controvérsias que surjam entre as Partes sobre a interpretação ou aplicação do presente acordo são, na medida do possível, resolvidas através de negociações por via diplomática</li> <li>4. Se a controvérsia não puder ser resolvida no prazo de seis meses após o início das negociações, é submetido, a pedido de qualquer das Partes, a um Tribunal ad-hoc, de acordo com as disposições do presente artigo</li> <li>5. O pedido de qualquer das Partes para levar a controvérsias a um Tribunal ad-hoc deve ser formulado por escrito, através dos canais diplomáticos e deve conter o seguinte: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) exposição resumida que fundamente e motive a reclamação;</li> <li>b) um resumo do desenvolvimento e resultado das negociações realizadas de conformidade com o parágrafo 3 do presente artigo; e</li> <li>c) a intenção da Parte demandante de iniciar o procedimento com base nesta seção do Acordo</li> </ol> </li> <li>6. O tribunal arbitral é composto por três árbitros, designados da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) no prazo de dois meses a contar da recepção da notificação escrita e por via diplomática solicitando a arbitragem, cada parte nomeia um árbitro;</li> <li>b) os dois árbitros assim nomeados indicam, em conjunto e no prazo de três meses, um nacional de um terceiro estado, com que ambas as partes mantenham relações</li> </ol> </li> </ol>

	<p>diplomáticas, que é nomeado presidente do tribunal arbitral por ambas as partes.</p> <p><b>Resolução de controvérsias sobre investimentos entre uma parte e um investidor da outra parte</b></p> <p>A presente seção aplica-se às controvérsias que surjam entre uma das partes e um investidor da outra parte resultantes do incumprimento de uma obrigação estabelecida do capítulo II do presente acordo.</p> <p><b>Consultas e negociações</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A parte e o investidor da outra parte devem tentar solucionar a controvérsia, inicialmente, mediante consultas e negociações, para o qual o investidor notifica por escrito a existência de uma controvérsia e a possibilidade de invocar o presente acordo a parte contendente. Essa notificação deve contar (...)</li> <li>2. Como parte das negociações contempladas no parágrafo 1 do presente artigo, a parte e o investidor da outra parte podem, de comum acordo, submeter a controvérsia a mediação comercial como via alternativa para a resolução de controvérsias</li> </ol> <p><b>Vias de solução de controvérsias</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se a controvérsia não for resolvida de maneira amigável num prazo de 180 dias posteriores a data da notificação referida no art. 13, o investidor pela sua decisão e transcorrido este termo pode submeter a reclamação perante: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) o tribunal competente da Parte cujo território surgiu a controvérsia</li> <li>b) o tribunal ad-hoc estabelecido, que deve funcionar de acordo com o seu próprio regulamento.</li> </ol> </li> <li>2. O procedimento arbitral escolhido rege a arbitragem, exceto na medida do notificado pelo presente acordo</li> </ol> <p><b>Condições e limitações à arbitragem</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O investidor só pode submeter uma reclamação à arbitragem se: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) renunciasse ao seu direito de iniciar ou continuar qualquer procedimento perante tribunal judicial ou administrativo da Parte em cujo território surgiu a controvérsia, a respeito de algum incumprimento do capítulo II, exceto os procedimentos nos quais seja solicitada a aplicação de medidas precautorias de natureza suspensiva, declarativa ou extraordinária que não impliquem o pagamento de danos;</li> </ol> </li> </ol>
--	---

	<p>b) ainda não decorreram 24 meses apos a data na qual o investidor teve ou deveu ter conhecimento pela primeira vez da violação do capitulo II e do presumível dano alegado e sempre que tenha decorrido e termo de 180 dias para a resolução amigável da controvérsia</p> <p>2. Quando o investidor submeta a reclamação a arbitragem, não pode fundamentar a sua pretensão em elementos diferentes aqueles contidos na notificação apresentada a parte contendente, conforme disposto no art. 13.</p>
<p><u>APPI com a Rússia – 2009</u></p>	<p><b>Resolução de litígios entre as Partes Contratantes</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os litígios entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do presente acordo sao resolvidos, se possível, por meio de negociações</li> <li>2. Se algum litígio não puder ser resolvido pelo modo referido no ponto 1 do presente artigo, no prazo de seis meses, contados a partir da data de recepção de uma notificação por escrito sobre o inicio das negociações, este pode a pedido de uma das partes contratantes ser submetido a um tribunal de arbitragem ad-hoc em conformidade com as disposições do presente artigo.</li> <li>3. O tribunal de arbitragem referido no ponto anterior é constituído para cada caso individual da seguinte maneira: no prazo de dois meses, a partir da data da recepção do pedido de arbitragem, cada parte contratante nomeia um membro do tribunal. Esses dois membros selecionam, por sua vez, um cidadão de um terceiro Estado, o qual, com a aprovação das duas Partes contratantes, é nomeado como Presidente do Tribunal de arbitragem.</li> </ol> <p><b>Resolução de litígios de investimento entre uma parte contratante e um investidor da outra parte contratante</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os litígios surgidos entre um investidor de uma parte contratante e a outra Parte contratante relacionados com um investimento deste investidor no território da outra parte contratante sao resolvidos de forma amigável através de negociações entre as partes litigantes.</li> <li>2. Se os litígios não puderem ser resolvidos de acordo com o acima disposto no prazo de 6 meses, contados da data da recepção por escrito em que uma das partes litigantes o tiver suscitado, o investidor pode, por sua opção, submeter o litígio ao: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Tribunal competente do Estado da Parte contratante no qual se situa o investimento ou</li> <li>b) Tribunal arbitral ad-hoc a ser estabelecido em conformidade com as regras de arbitragem da</li> </ol> </li> </ol>

	<p>Comissão sobre o Direito do Comercio Internacional nas Nações Unidas (CNUDCI) se as partes litigantes não decidirem diversamente, ou</p> <p>c) Centro Internacional para a resolução de diferendos relativos a investimentos para a conciliação ou arbitragem nos termos da Convenção para a resolução de diferendos entre Estados e nacionais de outros Estados celebrada em Washington DC em 18 de Março de 1965, se esta entrou em vigor para ambas as partes contratantes, ou através das regras adicionais do Centro internacional para a resolução de diferendos relativos a investimentos, se esta convenção não entrou em vigor para ambas ou uma das partes contratantes.</p> <p>3. Uma vez submetido o litígio a um procedimento referido no ponto 2 do presente artigo a seleção é definitiva.</p> <p>4. A decisão arbitral é definitiva e obrigatória para ambas as partes litigantes. Cada Parte Contratante se obriga a assegurar a execução da decisão, de acordo com a sua legislação.</p>
--	---